

7.

ESPORTE

INTRODUÇÃO

Até o ano de 2003, o Esporte teve suas ações governamentais regidas pelo Ministério de Turismo e Esporte, o que dificultava a prioridade de ações e de orçamento. Como consequência, havia ausência de uma política com programas e ações contínuas e articuladas, de abrangência nacional, que relacionasse o público e o privado no desenvolvimento do setor.

Dessa forma, as ações eram oferecidas por programas e por projetos localizados e de pequeno porte, sem mecanismos de reprodução estadual ou municipal. Eram essas as características do Esporte na Escola e do Esporte Solidário, programas voltados para práticas de esporte nas escolas e na comunidade. Porém, foram tais experiências que serviram de base para o Programa Segundo Tempo, em 2003.

As atividades correlatas à pesquisa eram, também, pontuais e voltadas apenas à manifestação esportiva do alto rendimento com a rede Centro de Excelência Esportiva (Cenesp), em que os resultados pouco impactavam nos resultados esportivos dos nossos atletas, pois havia uma lacuna na relação direta entre os estudos e pesquisas realizadas com a formação de atletas.

O tratamento dado ao esporte de alto rendimento prescindia da perspectiva de política de Estado. As ações reguladas não previam destinação de recursos para o apoio e manutenção direta de atletas com dificuldade de patrocínio que apresentassem bons resultados em sua categoria. No futebol, a grave situação de endividamento dos clubes e o alto índice de violência nos estádios não eram enfrentados com políticas públicas. Essa questão mobilizou o segmento esportivo do futebol, resultando no Projeto de Lei do Estatuto do Torcedor, encaminhado pelo Executivo em 2002, sancionado em 2003.

Em relação à infraestrutura de esporte, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2003, nos municípios brasileiros, menos da metade das cidades fazia parcerias ou convênios voltados para o esporte e 88% das escolas municipais não possuíam instalações esportivas. A presença dos demais equipamentos esportivos pesquisados era ainda mais reduzida: 7,4% tinham complexos esportivos, 1,6%, complexos aquáticos, 1,1%, kartódromos, 0,2%, autódromos e 0,03% tinham hipódromos ou similares.

O financiamento para o esporte era restrito. Por um lado, eram poucas condições que justificassem a ampliação de recursos no setor, pela ausência de um plano nacional e políticas estruturantes. Por outro, não havia uma política de financiamento que garantisse a diversificação de recursos, inclusive os oriundos de isenção fiscal, diferente de como ocorria na Cultura desde 1991, embora deva ser destacada, nesse campo, a iniciativa da Lei Agnelo/Piva – Lei nº 10.264 – sancionada em 2001, que estabeleceu novo padrão de financiamento para o esporte brasileiro.

Desafios do mandato e compromissos assumidos

O primeiro grande desafio do Governo foi desenvolver uma política nacional de esporte, como mecanismo de promoção social. O objetivo foi democratizar o acesso ao esporte.

Na primeira mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 2003, o Governo Federal fez referência ao esporte como importante instrumento de socialização e de mudanças da realidade e citou a dificuldade de não se ter, sequer, dados oficiais sobre infraestrutura esportiva nos municípios brasileiros. Foram os primeiros compromissos do recém-criado Ministério do Esporte.

No campo da inclusão social, os compromissos focaram os programas voltados para garantia da prática de esporte nas escolas e pela sociedade em geral. Os programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) foram criados. Em 2006, o Programa de governo se comprometeu com a ampliação da rede de atendimento e a consolidação dessas ações, com ênfase para o Segundo Tempo, que se afirmou como um dos mais relevantes programas sociais esportivos do mundo.

Como em todas as esferas do Governo, o Ministério do Esporte buscou sempre a participação social na elaboração e no controle das políticas públicas, realizando três edições da Conferência Nacional do Esporte e estimulando o funcionamento dos conselhos e reestruturando o Conselho Nacional do Esporte em 2009.

Nos últimos quatro anos, o Governo passou a valorizar o esporte também como mecanismo de inserção internacional. O Brasil se preparou para entrar na cena dos grandes eventos esportivos. A realização dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007 foi uma demonstração da capacidade do País para sediar e atrair grandes eventos, como foi o caso das candidaturas para a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) 2014 e para as Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016.

Nas mensagens enviadas aos parlamentares nos anos de 2009 e 2010, o Governo anunciou a implementação de ações que visam incluir o Brasil entre as dez principais potências esportivas até o ano de 2016. Para tanto, toda política voltada para o esporte de alto rendimento precisou ser reformulada, com propostas dirigidas à renovação da infraestrutura, para o investimento na formação e treinamento de atletas e equipes, para a melhoria na gestão do esporte nacional e para a atualização das legislações e normas.

Considerando a importância do futebol para a sociedade brasileira, o Governo foi desafiado a dar especial atenção a esse tema.

Para cumprir o compromisso de modernizar o marco regulatório e diversificar as fontes de financiamento, o Poder Executivo precisou realizar um intenso trabalho articulado com o Congresso Nacional, aprovando, por exemplo, a Lei do Incentivo ao Esporte.

O QUE FOI FEITO

A) INCLUSÃO SOCIAL

O esporte, conforme preconiza o artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão e constitui dever do Estado garantir o seu acesso à sociedade. Contribui para a reversão do quadro de vulnerabilidade social, atuando como instrumento de formação integral dos indivíduos e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a promoção da saúde e o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania. A Política Nacional do Esporte considera que o esporte é condição essencial para o desenvolvimento humano e poderoso instrumento de inclusão social.

Dessa forma, o Governo Federal busca garantir à população brasileira o acesso ao conhecimento e à prática esportiva, o que possibilita a elevação do nível da cultura esportiva e da qualidade de vida.

Com esse entendimento, foram criados os Programas Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, os quais se destacam pela ampliação da democratização do acesso ao esporte, em suas várias dimensões. Promovem a qualificação dos professores, profissionais, agentes e gestores envolvidos, articulam redes de formação, pesquisa e tecnologia, proporcionam infraestrutura e, com as ações Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, oferecem materiais esportivos. Contribuem, portanto, para a formação integral da criança e do adolescente e, sob um processo de construção permanente, garantem aos jovens, adultos e idosos, sem distinção de classe, etnia, religião ou gênero, o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais.

O Programa Segundo Tempo, de 2003 a 2010, permitiu 3.852.345 atendimentos de crianças, adolescentes e jovens, oportunizando a prática do esporte educacional, contando com o acúmulo de dados nesse período, somando-se cada beneficiado pactuado por convênio.

O Programa Esporte e Lazer na Cidade, até 2010 foi desenvolvido em 1,2 mil municípios, permitindo o atendimento de dez milhões de cidadãos, contando com participações sistemáticas no Programa e participações assistemáticas e sazonais durante o período.

Esses programas materializam, na Política Nacional de Esporte, os preceitos da inclusão social e do desenvolvimento humano, tornando-a efetiva.

Segundo Tempo - Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional

O Segundo Tempo visa democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem, como fator de formação da cidadania e de melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.

Data de início

24/11/2003

Instrumentos legais

- Portaria Interministerial ME/MEC nº 3.497, de 24 de novembro de 2003.
- Lei nº 10.933/2004 PPA, de 2004/2007.
- Lei nº 11.653/2008 PPA, de 2008/2011.
- Resolução Conanda nº 94, de 11 de março de 2004: permitiu aplicação de recursos nos programas do Ministério do Esporte.
- Proposta Medida Provisória: instituição do Programa Segundo Tempo e Cooperação do ME/MEC, de acordo com o Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.

Participação e controle social

A participação e o controle social do Programa se viabilizam por meio de:

- Avaliação da execução dos convênios por entidades fiscalizadoras indicadas pelos convenientes como representantes da sociedade civil, responsáveis por exercer o controle Social dos respectivos projetos.
- Sistema de controle, monitoramento e avaliação do Programa, estruturado a partir do trabalho realizado por equipes colaboradoras formadas por profissionais da área de educação física vinculados a Instituições de Ensino Superior, responsáveis pelo acompanhamento pedagógico e administrativo dos convênios.

- Avaliação pelos beneficiados e suas famílias, desenvolvida em parceria com a Pontifícia Universidade de Minas Gerais (PUC/MG), estabelecendo indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, incluindo a satisfação do público-alvo e a percepção sobre o Programa em todas as suas dimensões e abrangência.

Modelo de gestão

O Programa Segundo Tempo tem por estratégia de funcionamento o estabelecimento de parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para governos estaduais, municipais e organizações não governamentais. Por meio da celebração de convênios com o Ministério do Esporte, as entidades parceiras se tornam responsáveis pela execução do Programa. O sistema de controle, monitoramento e avaliação permite o acompanhamento operacional, pedagógico e administrativo por meio dos procedimentos técnicos internos, contatos virtuais e visitas presenciais pelas Equipes Colaboradoras em 100% dos convênios e, no mínimo, em 20% dos Núcleos de Esporte Educacional. A Plataforma Informatizada possibilita a integração das informações, aumentando o controle e confiabilidade a dos processos. No campo da intersectorialidade, destacam-se:

- A parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação, com vistas a tornar o esporte uma política pública efetiva, pela ampliação e qualificação da abrangência do Programa, por meio da articulação com o Sistema Educacional Brasileiro.
- A parceria entre os Ministérios do Esporte, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que viabilizou o Programa Forças no Esporte, visando à utilização de instalações esportivas militares para a prática de esportes por comunidades carentes.
- A Parceria do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) para captação de recursos a serem destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, para atendimento de projetos sociais voltados à infância e à adolescência.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa Segundo Tempo foi instituído a partir da experiência dos programas Esporte na Escola e Esporte Solidário, e da necessidade de ampliar a abrangência da política de esporte educacional no País. E foi instituído por meio de Portaria Interministerial entre o Ministério do Esporte (ME) e o Ministério da Educação (MEC). Inicialmente, embora reunindo conceitos dos programas que lhe deram origem – democratização do acesso ao esporte de forma indiscriminada e atendimento a alunos de escolas públicas e comunidades carentes – a essência do Programa se firmou na otimização dos espaços públicos já existentes e na abordagem educativa do tempo de crianças, adolescentes e jovens, de forma qualificada, por meio do acesso ao esporte.

Entendendo a escola como o primeiro tempo, o Segundo Tempo visava oferecer práticas esportivas diversificadas no contraturno escolar. Dadas as dificuldades de implementação nas escolas públicas, pela falta de espaço, em função do preenchimento integral nos dois turnos de funcionamento, ou pelas dificuldades de estados e municípios na celebração dos convênios por motivos de inadimplências, o Programa precisou ser reformulado buscando alternativas como a utilização de outros espaços públicos como ginásios, universidades, praças, quadras esportivas, entre outras, e ainda de espaços privados, como os clubes sociais, de forma a não inviabilizar sua execução.

Foi necessário, também, construir uma proposta pedagógica inclusiva, coerente com os princípios do Esporte Educacional, já que em muitos projetos o atendimento se voltava para a especialização esportiva. Enquanto caminha nesse sentido, nos últimos anos, a gestão do Programa tem investido no seu aprimoramento, partindo da premissa de que tão importante quanto ampliar o número de beneficiados é qualificar o atendimento oferecido às crianças, aos adolescentes e jovens que integram os Núcleos de Esporte Educacional das parcerias estabelecidas. Desde então, o Programa encontra-se em permanente evolução, e muitas foram as mudanças introduzidas tanto na sua concepção, no que diz respeito às Diretrizes Gerais e Pedagógicas, quanto na sua gestão, abrangendo os aspectos operacionais e administrativos da execução dos convênios.

Uma distinção em relação a políticas anteriores é a abrangência do Programa, possibilitada pelo crescimento orçamentário e pela estratégia de articulação junto a estados e municípios e, ainda, o Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo, estruturado a partir da constituição das equipes colaboradoras, que tem permitido um controle muito mais efetivo sobre o desenvolvimento da política nacional de esporte educacional.

Resultados

O Programa Segundo Tempo, desde a sua criação, permitiu 3.852.345 atendimentos de crianças, adolescentes e jovens, oportunizando a prática do esporte educacional. Esse atendimento refere-se ao número acumulado no período, considerando cada beneficiado pactuado nos convênios e contabilizando os atendimentos nos Núcleos de Esporte Educacional, Núcleos Mais Educação e o Recreio nas Férias.

Foi por meio da celebração de convênios com governos estaduais, municipais e organizações não governamentais, e de parcerias com outros ministérios, que se alcançaram, a partir de 2005, mais de um milhão de atendimentos anuais, considerando-se os convênios anuais e plurianuais. Isso foi possível em função do crescimento exponencial do orçamento do Programa Segundo Tempo que iniciou com R\$ 24 milhões em 2003 e alcançou R\$ 207.887 milhões em 2010, possibilitando ampliação significativa do acesso ao esporte educacional nos últimos anos.

Desse universo, merecem destaque:

- A inserção do Programa Segundo Tempo no Programa Mais Educação, por meio da parceria firmada entre o ME e o MEC, que visa integrar a política esportiva educacional com a política de educação, iniciada em 2010.
- A realização de três edições do Projeto Recreio nas Férias (janeiro/2009, janeiro/2010 e julho/2010), proporcionando aos beneficiados do Programa Segundo Tempo opções de lazer no período de férias escolares de janeiro e julho.
- A elaboração de propostas de projetos para públicos diferenciados, tais como os pilotos voltados ao universitário, à pessoa com deficiência, ao indígena, às instituições socioeducativas, e aos institutos tecnológicos.
- A ampliação do número de parcerias institucionais com estados e municípios, com vistas ao estabelecimento de políticas públicas de esporte educacional efetivas.
- A capacitação e qualificação de 9.246 entre coordenadores, professores, agentes formadores e gestores de esporte e lazer, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa em todas as suas vertentes.
- O acompanhamento pedagógico e administrativo dos convênios, oferecendo suporte imprescindível aos avanços do Programa, totalizando 292 convênios e 1.968 núcleos visitados desde 2008.
- A disponibilização de material esportivo e uniformes para os núcleos de Esporte Educacional que, inicialmente, eram fornecidos pelos projetos Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, mas, atualmente, encontra-se em trâmite a aquisição direta pelo Ministério.
- A parceria com o Ministério da Defesa, no projeto Forças no Esporte, visando à utilização de instalações esportivas militares para a prática de esportes por comunidades carentes, atendendo a 18.074 beneficiados entre 2003 e julho de 2010.
- O estímulo à produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional, de forma a difundir o conhecimento produzido e promover uma reflexão nacional sobre o Esporte Educacional, totalizando, até o momento, cinco publicações.
- O fomento à realização de eventos de esporte educacional, possibilitando a iniciação e a vivência em estudos e práticas esportivas no ambiente escolar.
- Ações de Cooperação Técnica Internacional para transferência da tecnologia do Programa Segundo Tempo a países com os quais o Brasil mantém relações de cooperação, como o Programa Social de Integração Através do Esporte, baseado no Programa Segundo Tempo e estabelecido em Angola com a *expertise* obtida por meio do acordo bilateral com o Brasil.

Cabe ressaltar o reconhecimento do Programa pelas Nações Unidas como um modelo para promoção da educação, saúde e desenvolvimento social pelo esporte. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), “o Programa Segundo Tempo é uma relevante contribuição do Ministério do Esporte para a oferta de serviços sociais às crianças e aos adolescentes brasileiros”. Esse reconhecimento se dá também pela total aderência do Programa Segundo Tempo aos objetivos do Milênio, particularmente à proposta internacional de Esporte para o Desenvolvimento e a Paz coordenado pelo Grupo de Trabalho Internacional vinculado ao United Nations Office on Sport for Development and Peace (UNOSDP), em que o Brasil, por meio do Ministério do Esporte, representa o continente Americano.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

Ações do Programa Segundo Tempo

Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional

Os Núcleos de Esporte Educacional visam ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens, de forma qualificada, e oferecem, no contraturno escolar, atividades esportivas sob orientação de coordenadores e monitores de Educação Física e/ou Esporte, reforço alimentar, material esportivo e atividades complementares.

Objetivo

Democratizar o acesso a atividades esportivas, visando à inclusão social e ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente em áreas de risco e vulnerabilidade social.

Data de início

24/11/2003

Resultados

Desde sua criação em 2003, os Núcleos de Esporte Educacional já atenderam 3.308.786 crianças, adolescentes e jovens, considerando-se, inclusive, os núcleos como o Mais Educação e o Recreio nas Férias, todos regidos por 888 convênios celebrados com governos estaduais, municipais e organizações não governamentais, além de parcerias com outros ministérios, com mais de um milhão de atendimentos anuais, desde 2005, considerando-se também os convênios plurianuais. Envolvimento de 66.630 professores e monitores, em 21.277 Núcleos de Esporte Educacional, distribuídos em 2.387 municípios de todas as regiões e unidades federativas do País, representando um investimento de R\$ 679.691.633,00.

Inserção do Programa Segundo Tempo no Programa Mais Educação

Parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação, para articular o sistema educacional e o sistema esportivo, de modo a estabelecer as condições mínimas necessárias para viabilizar a oferta do esporte na escola de forma qualificada. Essa parceria se materializa a partir da inserção do Programa Segundo Tempo no Programa Mais Educação, que visa democratizar o acesso à prática esportiva aos alunos das escolas públicas da educação básica das redes municipal e estadual.

Objetivo

Democratizar o acesso à prática esportiva, inserindo o Segundo Tempo nas escolas públicas da educação básica das redes municipal e estadual, iniciando com as escolas que participam do Programa Mais Educação.

Data de início

1º/8/2010

Resultados

Desde a implementação da parceria, foram 329.659 atendimentos de crianças, adolescentes e jovens, orientados por 2.650 monitores, em mais de 1,2 mil escolas de 87 municípios do País.

Recreio nas Férias

É uma ação que visa proporcionar aos beneficiados do Programa Segundo Tempo opções de lazer no período de férias escolares de janeiro e de julho.

Objetivo

Oferecer às crianças e aos adolescentes participantes opções de lazer que preencham o seu tempo livre de forma prazerosa e ao mesmo tempo construtiva, por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas, que ajudem a fortalecer sua autoestima e promovam o envolvimento da comunidade e das famílias.

Data de início

16/1/2009

Resultados

Desde a sua criação, foram realizadas três edições do Projeto Recreio nas Férias (janeiro/2009, janeiro/2010 e julho/2010), que atenderam 213,90 mil crianças, adolescentes e jovens, orientados por 10,03 coordenadores e monitores, em aproximadamente 200 municípios de 19 unidades federativas, em todas as regiões do País.

Projetos especiais pilotos para atendimento a públicos específicos

Iniciativas de atendimento a públicos específicos (pessoa com deficiência, indígenas, universitários etc.) e a temas transversais por meio de experiências pilotos que possam agregar valor ao desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, com vistas à validação de metodologia específica.

Objetivos

Construir e validar metodologia de atendimento a públicos específicos e temas transversais, com a inclusão das experiências (piloto universitário, piloto pessoa com deficiência, piloto indígena, piloto instituições socioeducativas, piloto institutos tecnológicos e piloto aeróbica) aos Núcleos de Esporte Educacional, ou implantação de Núcleos específicos.

Data de início

22/12/2008

Resultados

Avaliação e validação de estudos para atendimento a esses públicos específicos. Houve execução de quatro pilotos universitários (Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Santa Maria) atendendo a 1,2 mil beneficiados, um piloto pessoa com deficiência (Universidade Federal de Pelotas) atendendo a 100 beneficiados e um piloto aeróbica atendendo a 220 beneficiados.

Forças no Esporte

É uma atividade realizada pelo Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério do Esporte, que consiste na utilização da infraestrutura das unidades militares das Forças Armadas, para ministrar atividades de reforço escolar e prática esportiva a crianças na faixa etária dos sete aos 17 anos.

Objetivo

Proporcionar às crianças, na faixa etária dos sete aos 17 anos, de diversos municípios do País, reforço escolar, cidadania e inserção social por meio da prática esportiva. Existe, ainda, a possibilidade de priorizar a prestação do serviço militar obrigatório para os adolescentes participantes do Programa.

Data de início

1º/1/2003

Instrumento legal

- Termo de Cooperação Técnica nº 12, de 19 de dezembro de 2002, firmado entre os ministérios da Defesa e do Esporte – estabelecendo a estrutura de funcionamento do Programa Forças no Esporte para proporcionar atividades esportivas e físicas saudáveis para a comunidade em geral, priorizando crianças e jovens carentes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, o acesso à prática esportiva educacional orientada, bem como a detecção, desenvolvimento e acompanhamento de novos talentos esportivos.

Por que foi criado/reformulado e/ou ampliado

Desde 2004, o Projeto Forças do Esporte passou a ser desenvolvido por meio de parceria entre os Ministérios do Esporte e da Defesa para executar o Projeto Segundo Tempo. O Programa proporciona aumento no rendimento escolar das crianças dos sete aos 17 anos, além da melhoria da qualidade de vida por meio da prática do esporte e das práticas de cidadania.

Existe, ainda, a possibilidade de que os participantes do Programa sejam acolhidos pelas Forças Armadas quando atingirem a idade para prestar o serviço militar obrigatório, proporcionando-lhes inserção no mercado de trabalho e melhoria da renda familiar.

Resultados

Inicialmente, em 2003, o Programa atendia 500 crianças. Esse número veio crescendo ao longo do tempo, possibilitando 18.074 de atendimentos a beneficiários entre 2003 e julho de 2010.

Apoio à organização de eventos esportivos e estímulo à participação

Realização e apoio a eventos esportivos, priorizando parcerias alinhadas com o Plano Decenal de Esporte e Lazer, os quais promovem ampla mobilização da juventude estudantil brasileira e estimulam a prática esportiva durante a fase escolar,

democratizando o acesso ao esporte. Os recursos são disponibilizados por meio da celebração de convênios com os governos municipais, estaduais, entidades privadas sem fins lucrativos, entidades do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, instituições de ensino superior e de ensino técnico e demais órgãos federais, fomentando a participação em eventos regionais, nacionais e internacionais de esporte educacional e escolar que envolvam beneficiados, coordenadores e monitores do Programa Segundo Tempo, estudantes da educação básica e superior, dirigentes, técnicos e professores.

Objetivos

Promover e apoiar eventos que possibilitem a iniciação e a vivência em estudos e práticas de esporte educacional e escolar.

Data de início

24/11/2003

Programa de Esporte e Lazer na Cidade (Pelc)

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) desenvolve ações, em parceria com os governos estaduais, municipais, Instituições de Ensino Superior e organizações da sociedade civil, que visam garantir o acesso a esses direitos sociais por meio do funcionamento de núcleos, de realização e difusão de pesquisas e da formação. A proposta central do Pelc é contribuir para que os gestores dos estados, municípios e organizações não governamentais despertem para a necessidade do desenvolvimento de programas locais que garantam o direito ao esporte e ao lazer.

Ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade:

Pelc Funcionamento de Núcleos

Abrangem os núcleos todas as idades – núcleos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) (jovens de 15 a 24 anos) e Vida Saudável (adultos acima de 45 anos e idosos) – que, na sua essência, visam promover condições de acesso a atividades físicas, jogos, brincadeiras e eventos culturais.

Pelc Rede Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer (Cedes)

A Rede é composta pelos Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer (Cedes) e direcionada para o desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas à qualificação das políticas de esporte e de lazer de inclusão social.

Objetivos

Ampliar e democratizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural, por meio de quatro ações estratégicas, as quais versam sobre a formação, a gestão compartilhada, a informação e a pesquisa.

Data de início

2003

Instrumentos legais

- Lei nº 10.933, de 2004: PPA 2004/2007
- Lei nº 11.653, de 2008: PPA 2008/2011

Participação e controle social

O Programa Esporte e Lazer da Cidade procura considerar, em todos os momentos possíveis, a participação e o controle social como ferramentas de gestão, com vistas a aproximar o cidadão da política pública, colocando-o no papel de sujeito das ações. Para tal, as principais estratégias adotadas são:

- Encontros sistemáticos com os parceiros para discutir o Programa, avaliar suas ações e qualificá-lo.
- Relatos de experiências dos parceiros e socialização dos resultados alcançados nas diferentes ações.
- Formação continuada dos agentes, gestores, formadores, pesquisadores e professores, no sentido de garantir a participação de todos os envolvidos nas ações do Programa.
- Exigência de entidade de controle social, responsável pelo olhar da comunidade na execução dos convênios, para funcionamento de núcleos.

- Exigência de grupo gestor, com representantes dos diversos segmentos envolvidos com os núcleos do Programa, procurando ampliar a participação.

Modelo de gestão

Todas as ações do Pelc são descentralizadas, sendo sua execução de responsabilidade dos parceiros (municípios, governos estaduais, organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior), com acompanhamento direto e avaliação do Ministério do Esporte.

A intersectorialidade é parte da matriz conceitual do Programa, especialmente com vistas a colocar o esporte e o lazer como temas transversais nas políticas sociais. Nesse período foram estabelecidas as seguintes parcerias:

- Ministério da Justiça: Programa Nacional de Segurança com Cidadania, para desenvolvimento de núcleos de esporte e de lazer a jovens de 15 a 24 anos, nos Territórios da Paz. O Ministério da Justiça repassa, via destaque orçamentário, recursos ao Programa, para convênio com os municípios e consultoria; além disso, o Programa é parceiro da Fundação Nacional do Índio (Funai) nas ações que envolvem o esporte e o lazer indígenas.
- Ministério da Saúde: na instituição do Plano Nacional de Atividade Física, documento que objetiva operacionalizar as ações contidas no Programa Mais Saúde.
- Ministério da Educação: em ações como o Programa Mais Educação e o Escola Aberta, mais focada na produção e difusão de conhecimentos a respeito das políticas públicas de esporte e lazer e sua relação com a educação.
- Secretaria Especial de Direitos Humanos da presidência da República: o Programa é parceiro de diversas ações, como o Plano Nacional de Direitos Humanos, as políticas voltadas para idosos, pessoas com deficiência, igualdade racial e população em situação de rua.
- Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena: parceria para ações relacionadas ao esporte e lazer indígena, principalmente os Jogos dos Povos Indígenas.
- Em 2010, foi estabelecida parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, com vistas a aprofundar e qualificar o processo de formação dos agentes sociais de esporte e de lazer.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

As políticas públicas de esporte e lazer do Governo Federal eram tradicionalmente dirigidas a determinados segmentos da população, sem considerar a necessidade de universalização. A construção de equipamentos era desenvolvida sem a respectiva política de animação e manutenção e alguns eventos esporádicos, focados na diversão pela diversão, recebiam apoio. Os três eixos centrais do Programa – funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as faixas etárias, pesquisa relacionada à temática dessas políticas públicas e formação – não eram considerados nas ações do Governo Federal.

A Constituição de 1988 trata o esporte como “direito de cada um e inclui o lazer entre os direitos sociais (Título II, Capítulo II, artigo 6º). No que diz respeito à formulação de ações, indica no Título VIII, Capítulo III, Seção III, no Artigo 217, no 3º Parágrafo do Item IV: O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social”. Até 2003, poucas eram as iniciativas do Governo Federal no sentido de desenvolver, em sua totalidade, programas, projetos e ações cujo objetivo central fosse a garantia de acesso ao esporte e ao lazer, pautados como direitos sociais.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade surgiu da constatação sobre a necessidade de políticas públicas para atender às crescentes demandas da população por esporte recreativo e lazer, confirmando, nessa ótica, o esporte e o lazer como parte dos direitos sociais; aliando o conhecimento produzido pelas pesquisas com a ação implementada nos núcleos; fomentando a implantação dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer; aplicando a metodologia de avaliação processual de políticas para essas áreas; e, programando a formação de agentes sociais de esporte e lazer em conformidade com os requisitos conceituais do Programa.

Resultados

As ações do Pelc Funcionamento de Núcleos (todas as idades), Pelc Pronasci (jovens de 15 a 24 anos) e Pelc Vida Saudável (adultos acima de 45 anos e idosos), na sua essência, visam promover condições de acesso a atividades físicas, jogos, brincadeiras e eventos culturais. Até 2010, o Programa foi desenvolvido em mil duzentos e setenta e sete municípios, e permitiu, com acessos sistemáticos e assistemáticos, dez milhões de atendimentos de cidadãos brasileiros.

Destaques das ações do Pelc:

- Desde a criação do Programa, em 2003, até julho de 2010, houve investimento de R\$ 150.580.268,00, em 670 convênios, que permitiu 10.602.559 atendimentos de cidadãos de 1.277 municípios com atividades de esporte recreativo e de lazer. Foram gerados 18.995 postos de trabalhos e capacitados 22.898 agentes sociais e gestores.
- A Rede Cedes: desde sua criação, em 2004, reúne 99 Instituições de Ensino Superior, de todas as regiões brasileiras, 21 estados e Distrito Federal; 145 pesquisas desenvolvidas na área das Ciências Sociais e Humanas, que envolvem 96 grupos de estudos cadastrados no CNPq, 150 pesquisadores coordenadores, 372 pesquisadores participantes, 319 postos de estágios criados com bolsas para alunos de graduação e pós-graduação, um investimento total de R\$ 3.943.650,21.
- Apoio financeiro de R\$ 3.704.543,00 para a realização de 85 eventos interdisciplinares de esporte recreativo e de lazer, de caráter nacional.
- Apoiados 108 eventos científicos de abrangência nacional e internacional da área, beneficiando 15,2 mil participantes e ampliando o intercâmbio entre profissionais, gestores, acadêmicos e pesquisadores nas ciências do esporte e do lazer do Brasil e de outros países.
- Realizados três editais públicos de seleção de projetos do Pelc Núcleos, com vistas a garantir a democratização do acesso ao Programa, para os quais foram encaminhados 2.623 projetos.
- Desde 2007, foram realizados, também, três editais públicos para seleção de projetos de pesquisa, a aplicação e transferência dos recursos, sendo que, a cada ano, a demanda tem sido cinco vezes maior que o apoio da Rede Cedes (Plano Plurianual/PPA).
- Geração de 16.179 postos de trabalhos para atuação, durante a vigência dos convênios, como agentes sociais de esporte e de lazer.
- Investimento significativo de recursos de emendas parlamentares: em 2009 foram aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010 R\$ 38.309.000,00 para implantação de núcleos. Além disso, mais três emendas parlamentares foram efetivadas em apoio aos municípios e universidades para realização de eventos científicos e pesquisas.
- Capacitação, com 64 horas de curso, divididas em módulo introdutório e de avaliação, de 22.898 agentes sociais e gestores, que participam, além dessa carga horária, de ações de formação continuada, organizadas pelas convenentes.
- Desde 2009, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), em parceria com a Rede Cedes, vem construindo o sistema de avaliação do Pelc Núcleos.
- A divulgação das pesquisas financiadas pela Rede Cedes é feita pelo *site* do Ministério do Esporte, o Repositório da Rede Cedes (coordenado pelo Laboratório e Grupo de estudos em Mídia Esportiva/LaboMídia, da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC) e publicações impressas e digitais distribuídas aos gestores, universidades do País e outros parceiros do Programa. Ao todo, foram publicados 74 livros e distribuídos 22.010 exemplares – <<http://www.labomidia.ufsc.br/redecodes/>>.
- Realizada, em 2008, a 1ª Edição do Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, com socialização dos trabalhos premiados para todo o Brasil e países da América Latina em 2009 (publicações impressas, participação de premiados em eventos científicos). Em 2010, ocorreu a 2ª edição do Prêmio, com 300% a mais de candidatos inscritos em relação à edição anterior.
- Criado o Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (Cedime) que, dentre suas ações principais, anualmente apoia Centros de Memória de Educação Física, Esporte e Lazer, bem como a publicação de qualificados periódicos científicos das mencionadas áreas. Esses periódicos difundem suas produções por meios digitais/acesso aberto e impressos: revista *Licere* (UFMG); revista *Pensar a Prática* (UFG); *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (CBCE); revista *Movimento* (UFRGS); *Revista Brasileira Cineantropometria & Desempenho Humano* (UFSC); *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte* (USP); e *Revista da Educação Física* (UEM). Está sendo investido um total de R\$ 445.724,00 no pagamento de publicações das cinco últimas revistas citadas.
- Seis Conferências livres e preparatórias para a 3ª Conferência Nacional do Esporte, com ampla participação dos pesquisadores da Rede Cedes e parceiros do Pelc.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

Convênios do Pelc Núcleos no período de 2003 a 2010

A planilha apresenta os números referentes aos valores empenhados – com recursos do Governo Federal – para a execução de núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade, incluindo: todas as idades, Vida Saudável e Pronasci/Pelc, de 2003 a 2010. As metas físicas (número de núcleos, pessoas beneficiadas, postos de trabalho gerados e pessoas capacitadas) é produto da aplicação desses recursos e de outros, referentes às contrapartidas apresentadas pelas entidades convenentes.

O avanço significativo nos resultados quantitativos é produto do aumento dos investimentos de recursos nacionais e de emendas parlamentares nas ações e da conscientização da sociedade acerca da importância. Possibilita às pessoas capacitadas na formação multiplicarem ações no campo do esporte recreativo e de lazer. Dessa forma, a ampliação de ações de formação, incluindo a capacitação de gestores, é indicada como elemento primordial para melhorar ainda mais esses resultados, qualitativa e quantitativamente.

Pesquisas

As pesquisas realizadas a partir de 2007 foram selecionadas via Edital Público, o que favoreceu o crescimento de IES beneficiadas e seu monitoramento, bem como o crescimento do número de grupos de estudos, pesquisadores envolvidos e coordenadores. Houve aumento, ano a ano, de bolsistas de graduação e pós-graduação.

Publicações

De 2003 a 2010, foram publicados 74 livros, envolvendo 108 organizadores das obras. Esse resultado positivo se deu, sobretudo, com a criação, em 2007, de edital público para seleção das pesquisas, que traz a obrigatoriedade por parte das universidades em publicar os resultados das pesquisas em livro impresso e *on-line*. Ao todo, foram 37 em formato digital.

Em 2006, foram distribuídos 943 livros; em 2007, 3.153; em 2008, 2.483; em 2009, 5.752 e em 2010 somam 9.679 exemplares distribuídos, beneficiando gestores, agentes e estudiosos envolvidos com as políticas sociais de esporte e lazer. Tal crescimento se atribui à obrigatoriedade dos organizadores das obras enviarem para o Ministério do Esporte 10% da tiragem publicada e, ao aperfeiçoamento da logística interna da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) para distribuição.

Eventos científicos

De 2004 a 2010, foram realizados 36 eventos envolvendo aproximadamente 16,7 mil participantes, sendo que alguns foram realizados por essa secretaria e outros receberam apoio financeiro do Ministério.

Resultados

Foram fomentados aproximadamente 100 eventos entre 2003 e julho de 2010, atendendo mais de 150 mil beneficiados. Foram apoiados eventos e competições que incentivam o desenvolvimento do esporte educacional, com destaque para o apoio à Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) na participação das delegações no Sul-Americano Escolar, e o apoio à realização das Ligas Universitárias, pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), as quais promovem ampla mobilização da juventude estudantil brasileira e estimulam a prática esportiva durante a fase escolar, democratizando o acesso ao esporte.

Programa Inclusão Social pelo Esporte

Pintando a Liberdade

Programa que promove a ressocialização dos internos do Sistema Penitenciário, profissionalizando-os no ofício de confecção de artigos esportivos. Os detentos integrantes do processo percebem pelo labor, obtendo a remissão de um dia em sua pena a cada três trabalhados. São confeccionadas bolas de futebol de campo, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, bolas com quizo para deficientes visuais, redes inerentes às aludidas modalidades, camisetas, calções, bonés, bandeiras – pavilhão nacional.

O Pintando a Liberdade também abastece com material esportivo os programas de governo administrados pelo Ministério do Esporte (ME) e, também, entidades internacionais, filantrópicas e escolas públicas em âmbito nacional.

Com isso, viabiliza o acesso das pessoas reconhecidamente carentes às práticas esportivas, proporcionando aos jovens a possibilidade de escolherem as modalidades de sua preferência, ponderando-se diferentes situações e potencialidades regionais existentes no Brasil.

Data de início

1997

Instrumento legal

- LOA/2004 – Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004

Modelo de gestão

Todas as ações de implementação e de manutenção das fábricas esportivas são financiadas pelo Governo Federal, com recursos alocados no orçamento anual do Ministério do Esporte. Os valores são repassados por meio de convênios, celebrados com órgãos federados e com entidades privadas sem fins lucrativos, em âmbito nacional.

Participação e controle social

O Programa concilia a realidade dos presídios e das regiões mais pobres do País ao gerenciamento participativo e articulado. As representações da sociedade organizada integram e interagem com o Governo Federal, entre elas cooperativas, conselhos e associações comunitárias.

As representações da sociedade organizada integram e interagem com o Governo Federal, entre elas cooperativas, conselhos e associações comunitárias.

O momento da implementação das Unidades Produtivas é precedido de reuniões com as lideranças locais, além das análises técnico-operacionais, quando são explicitados os objetivos e metas do Programa.

Por que foi criado/reformulado e/ou ampliado

No exercício de 1997, foi criado o Projeto Pintando a Liberdade, vinculado a Programas do Ministério da Justiça. As ações foram executadas com recursos próprios deste ministério, mediante convênios firmados com as secretarias estaduais de justiça e do esporte, em âmbito nacional. O Projeto Pintando a Liberdade, no ano de 2004, passou a integrar o Orçamento do Ministério do Esporte por meio da LOA/2004 – Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Na oportunidade foi criado, no referido Programa, duas ações, a saber: Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania.

A ação Pintando a Liberdade do Programa Inclusão Social pelo Esporte foi criada com o objetivo de contribuir para o processo de inserção social, com a doação de material esportivo, propiciando a prática esportiva de crianças e jovens da rede pública de ensino, e também para a ressocialização dos reeducandos do Sistema Penal brasileiro, com a utilização da mão de obra dos detentos na produção de materiais esportivos. Além disso, a remissão da pena dos internos representa redução de custos para a Nação. A relevância dessa ação é que os detentos deixam as penitenciárias com nova qualificação para o mercado de trabalho, com sua autoestima recuperada e com a oportunidade de uma nova vida em sociedade.

Resultados

Foram confeccionadas bolas de futebol de campo, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, bolas com guizo para deficientes visuais, redes inerentes às aludidas modalidades, agasalhos, pastas, sacolas, mochilas, camisetas, calções, bonés, mesa de tênis de mesa, tabela de basquetebol e bandeiras – pavilhão nacional. Hoje, há 73 unidades de produção implementadas em todo o território nacional. São 13 mil os detentos que foram qualificados para confecção de itens esportivos, de 2003 a 2010.

Um dos principais produtos do Programa é a bola com guizo aos portadores de deficiência visual, com reconhecimento internacional e processo de acreditação homologado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) desde 2002, tendo sido escolhida pela Internacional Blinder Association (IBSA) na reunião realizada nos dias 26, 27 e 28 de julho de 2002, em Curitiba, como a bola oficial das suas competições, distribuída para 108 países, com destaque para Argentina, Angola, Estados Unidos da América, Inglaterra, Japão, Canadá, Espanha, Itália e França.

No período de 2003 a 2010, foram produzidos 2.987.270 itens de materiais esportivos pelas entidades conveniadas no Pintando a Liberdade, a saber:

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
943.700	730.360	380.610	299.150	348.750	36.400	0*	248.700

Nota: * Em 2009 não constam referências à produção de material esportivo na Ação Pintando a Liberdade porque esse registro está condicionado à fonte dos recursos liberados para execução da ação e, nesse caso, a origem dos recursos desse exercício é o Pronasci, do Ministério da Justiça.

Foram repassados R\$ 44.991.467,38, no período de 2003 a 2010, para os entes conveniados ao Pintando a Liberdade, a saber:

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
10.100.192,51	9.502.925,71	5.263.996,23	6.297.571,24	7.139.773,42	1.003.899,01	0*	5.683.109,26**

Notas: * A execução orçamentária da ação Pintando a Liberdade, em 2009, aparece zerada porque a origem dos recursos destinados a este fim advém do Pronasci, do Ministério da Justiça.

** Previsão orçamentária para execução no exercício de 2010, com projeção elaborada com base na LOA/2010, computado, também, o montante advindo do Ministério da Justiça/MJ, referente ao Pronasci/MJ.

Programa Inclusão Social pelo Esporte

Pintando a Cidadania

O Programa Inclusão Social pelo Esporte – Pintando a Cidadania, promove a prática de esportes aos jovens em situação de vulnerabilidade social de todo o País, suprimindo a demanda de materiais esportivos atinentes aos programas federais de cunho social, administrados pelo Ministério do Esporte.

O público-alvo são as pessoas residentes em comunidades carentes. Os beneficiários confeccionam o material feito nas fábricas do Programa (bolas, bolsas, redes, camisetas, bonés, bandeiras etc.) e esse material é utilizado pelo Ministério do Esporte (ME) para a distribuição em programas próprios e em escolas e entidades sociais de todo o País e do exterior. Os rendimentos são divididos conforme a produção.

Objetivos

- Promover a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes mediante ingresso no mercado de trabalho.
- Estabelecer política de combate às desigualdades sociais, notoriamente, utilizando o esporte como instrumento de inserção social, promovendo a criação de postos de trabalho e, conseqüentemente, geração de renda.
- Contribuir para o processo de inserção social, com a doação de material esportivo, propiciando a prática esportiva de crianças e jovens da rede pública de ensino, e também, na diminuição das desigualdades sociais existentes em regiões de vulnerabilidade social, proporcionando às pessoas, residentes nesses locais a oportunidade de aumentar a renda familiar com a produção de materiais esportivos, colaborando diretamente para a profissionalização e inserção no mercado de trabalho, resgatando a autoestima e melhorando o padrão de vida desses indivíduos.

Data de início

16/1/2004

Instrumento legal

- LOA/2004 – Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004

Modelo de gestão

Todas as ações de implementação e de manutenção das fábricas esportivas são financiadas pelo Governo Federal, com recursos alocados no orçamento anual do Ministério do Esporte. Os valores são repassados por meio de convênios, celebrados com órgãos federados e com entidades privadas sem fins lucrativos, nacionalmente.

Resultados

O Programa alcançou 41 unidades de produção implementadas em âmbito nacional, com a participação de 3.299 pessoas que residem em comunidades carentes, atuando diretamente no processo de produção de material esportivo, em caráter de atividade continuada, fabricando bolas de futebol de campo, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, bolas com guizo para deficientes visuais, redes inerentes às aludidas modalidades, agasalhos, camisetas, calções, bonés, bandeiras – pavilhão nacional e bolsas/pastas, promovendo a inclusão social desses indivíduos e proporcionando-lhes uma renda mensal.

O Programa, em face do êxito obtido nacionalmente, com grande repercussão de mídia, integra a Política de Cooperação Internacional, que já possui acordos internacionais concretizados em Angola e Moçambique, bem como outros com trâmite administrativo adiantados, como El Salvador, para implantação do Programa nesses países.

No período de 2004 a 2010 foram produzidos 4.998.963 itens de materiais esportivos pelas entidades conveniadas, a saber:

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
88.105	281.190	1.205.400	1.403.255	848.200	631.805	541.008

Foi repassado o valor de R\$ 75.753.684,87, no período de 2004 a 2010, para os entes conveniados ao Pintando a Cidadania, a saber:

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1.771.732,71	4.345.495,45	11.915.184,86	12.812.088,53	10.395.059,83	12.873.801,09	21.640.322,40*

* Previsão orçamentária para execução no exercício de 2010, com projeção com base na LOA/2010, computados, também, o montante advindo do Ministério da Justiça/MJ, referente ao Programa Pronasci/MJ.

B) ALTO RENDIMENTO

O segmento esportivo de alto rendimento foi tratado com foco em uma perspectiva de intersetorialidade, possibilitando ao cidadão que se dedica ou tem aptidão para o esporte competitivo melhores condições para acesso, desenvolvimento e conquista de resultados, de modo complementar às iniciativas dos agentes que compõem este segmento.

Foi realizada intervenção pelo Governo Federal, considerando todo o ciclo de vida do atleta no esporte de alto rendimento. Procurou-se agir de forma estruturante sobre os pontos mais sensíveis, acerca dos quais o setor sempre apresentou limitações e que vinham sendo enfrentadas pelos agentes com dificuldades, dentre eles: a formação de base e o desenvolvimento dos atletas, a qualificação da gestão das entidades esportivas, com planejamento e eficiência na aplicação dos recursos e a projeção do Brasil no cenário esportivo internacional.

Foram criadas ações interligadas e alinhadas, que atenderam a essas premissas. Para possibilitar condições de acesso ao esporte de alto rendimento, destaca-se a Bolsa-Atleta, que se consolidou como um dos mais importantes programas públicos de assistência direta ao atleta. Para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, foram implementadas ações de descoberta de talentos esportivos com base científica, núcleos de esporte de base para especialização do treinamento de formação esportiva e centros regionais de treinamento, descentralizando o aprimoramento de atletas de alto nível.

Destaca-se nesse processo a conquista de resultados, que, na esfera de política pública do setor, está muito mais relacionada com impactos para sociedade do que, propriamente, a performance esportiva de equipes e atletas. O Brasil teve sua imagem transformada no cenário internacional nos últimos oito anos. A captação e a realização de grandes eventos esportivos o incluíram no rol seleto dos países que realizam, com qualidade, tais eventos.

Isso ocorreu com a realização dos maiores Jogos Pan e Parapan-Americanos da história, Rio 2007, pela primeira vez unificados, com o apoio à conquista e preparação da infraestrutura para os Jogos Mundiais Militares – Jogos da Paz – Rio 2011, e em 2009, com a vitória da sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, Rio 2016, o maior êxito do esporte brasileiro. Portanto, a atuação do Programa Governamental no esporte de alto rendimento deu início a uma reestruturação articulada e sistemática ao setor, em que destacam-se as ações:

Bolsa-Atleta: o Programa foi implementado em 2005 e, pela primeira vez, tornou direta a relação entre o poder Público e o atleta, um dos atores principais do esporte. A demanda de inscrições aumentou nove vezes, em relação ao primeiro ano, enquanto as bolsas concedidas triplicaram – em 2005, 925 bolsas e, em 2010, quatro mil bolsas – abrangendo mais de 80 modalidades esportivas diferentes.

Descoberta do Talento Esportivo: essa ação, até então inédita no Brasil, trata da detecção de talentos para o esporte de rendimento, por método científico. Foram avaliados mais de 150 mil crianças/adolescentes entre sete e 14 anos, em todo o Brasil, e descobertos mais de sete mil talentos para o esporte nacional, com resultados disponibilizados em banco de dados.

Ampliação da Rede Cenesp: Centro de Excelência Esportiva: reúne 14 Instituições de Ensino Superior com excelência em ciência & tecnologia do esporte, que avaliaram mais de três mil atletas de ponta e com mais de mil produções científicas publicadas.

Criação de Núcleos de Esporte de Base: com a finalidade de preencher a lacuna da formação esportiva, fazendo uma ponte entre a descoberta de um talento e sua constatação como atleta de alto rendimento, desde 2004 foram implantados e mantidos mais de 137 núcleos, beneficiando cerca de 7,5 mil atletas de base em diversas modalidades esportivas e paradesportivas em todas as regiões do Brasil.

Criação de Centros Regionais de Treinamento: para aperfeiçoar, modernizar e adaptar instalações esportivas já existentes, foram implantados Centros de Treinamento em todas as regiões do País. Considerando os esportes relacionados às respectivas regiões, conta-se com mais de mil atendimentos a atletas por ano.

Bolsa-Atleta

Consiste na concessão de ajuda de custo a atletas e para-atletas, na forma de Bolsa, possibilitando sua permanência no esporte e o desenvolvimento pleno da carreira esportiva, prioritariamente nos esportes olímpicos e paraolímpicos.

Objetivos

- Garantir manutenção pessoal e esportiva mínima aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio e que apresentem bons resultados esportivos – os bolsistas deverão estar entre os três primeiros colocados em competições relativas à sua categoria.
- Oferecer condições para que os atletas se dediquem ao treinamento esportivo e à participação em competições, renovando periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o País nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Data de início

14/1/2005

Instrumento legal

- Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005

Participação e controle social

O Programa tem inscrição aberta, via internet, no Portal do Ministério do Esporte, regido por edital de inscrição com as regras definidas anualmente em Portaria Ministerial específica.

Todas as entidades que fazem parte do processo esportivo de alto rendimento devem estar cientes e acompanhar o Programa, pois emitem declarações de participação em eventos e de comprovação periódica de que os atletas estão em atividade esportiva.

Modelo de gestão

O Programa tem um modelo de gestão compartilhada, pois define os eventos a serem válidos para a Bolsa-Atleta em conjunto com as Entidades Nacionais de Administração do Esporte; só concede o direito de pleitear o benefício perante declarações das entidades de prática e entidades de administração regional do esporte com relação ao atleta, que faz sua inscrição via internet, sem intermediários e, quando contemplado, recebe, administra e presta conta diretamente ao Ministério do Esporte.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A Bolsa-Atleta foi criada no sentido de contribuir para a solução do problema de evasão de atletas do esporte de alto rendimento. Como essa manifestação esportiva depende de dedicação e investimentos financeiros permanentes, muitos atletas consolidados no segmento ou em plena ascensão abandonavam a atividade por falta de recursos para sua manutenção pessoal e esportiva. Isso estava levando a uma quebra na renovação da base esportiva, na diminuição do acesso a esse tipo de esporte e, por consequência, afetando os resultados esportivos.

Outro problema era o fato de os investimentos não chegarem diretamente ao atleta. Como principal ator do processo, ele sempre foi colocado no fim da linha de beneficiários. Assim, a Bolsa-Atleta veio para possibilitar que os atletas possam permanecer no esporte e se dedicar à busca da excelência, ao mesmo tempo em que viabiliza o acesso de novos talentos, pois beneficia atletas desde a base ao mais alto nível. Foi instituída, também, a relação direta com o atleta, que passou a definir as prioridades de seus investimentos para se manter no esporte.

Resultados

Entre 2005 e 2009, foram concedidas 10.209 bolsas a atletas contemplados e foram disponibilizados R\$ 131.703.000,00. Em 2010, foram 4.869 bolsas, com investimento de R\$ 69.607.680,00. A concessão de bolsas triplicou desde a criação do Programa, em mais de 80 modalidades esportivas diferentes.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

BOLSA ATLETA ACUMULADO (2005 A 2009) (R\$)			
Categorias	Número de Atletas Contemplados	Investimento/mês	Investimento/ano
Estudantil	791	R\$ 208.500,00	R\$ 2.502.000,00
Nacional	5367	R\$ 4.025.250,00	R\$ 48.303.000,00
Internacional	3386	R\$ 5.079.000,00	R\$ 60.948.000,00
Olímpico/Paraolímpico	665	R\$ 1.662.500,00	R\$ 19.950.000,00
TOTAIS	10209	R\$ 10.975.250,00	R\$ 131.703.000,00

Descoberta do Talento Esportivo

É uma ação direcionada prioritariamente no âmbito da educação física escolar que, por meio de testes e medidas estabelecidas em protocolo científico, procura identificar adolescentes e jovens que apresentem níveis de desempenho motor superiores à média da população e cadastrá-los em um banco de talentos para que possam ser encaminhados ao setor esportivo. A intenção é contribuir com o processo de formação e de desenvolvimento de atletas com bases científicas, facilitando seu contato com as entidades esportivas.

Objetivo

Oportunizar a inserção, o desenvolvimento e o aprimoramento de potenciais talentos esportivos, com a finalidade de aumentar e dar qualidade à base esportiva nacional, do esporte competitivo.

Data de início

5/9/2004

Participação e controle social

O Programa tem inscrição voluntária e conta com a parceria de secretarias estaduais e municipais, além de entidades privadas com interesse em disseminar a ação.

Os resultados são lançados em sistema informatizado, via internet, e disponibilizados à população em banco de dados – Banco de Talentos, acessível por senha autorizada pelo Ministério do Esporte, depois de análise da solicitação de acesso pelo público.

Modelo de gestão

O Programa adota modelo de gestão compartilhada. O Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, fornece os instrumentos de avaliação e de lançamento dos dados, assim como armazena os talentos descobertos no seu Banco de Talentos (sistema informatizado); a Rede Centro de Excelência Esportiva (Cenesp), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolve e atualiza o protocolo, assim como gerencia o banco de dados do Projeto Esporte Brasil e determina os parâmetros para que esse sistema faça a seleção dos talentos entre os avaliados e lançados. Os demais parceiros, públicos e privados, executam as avaliações e, com a senha recebida, lançam os resultados no sistema e passam a ter acesso direto aos relatórios de avaliação.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A Descoberta do Talento Esportivo foi criada para intervir, de forma sistematizada, na solução do problema de formação da base do esporte de rendimento no Brasil e, ao mesmo tempo, ter fidedignidade científica e possibilidade de realização em grande escala. Além disso, é um modelo utilizado, com êxito, em potências esportivas mundiais. É necessário considerar que, no Brasil, proliferam as chamadas “peneiras”, que são métodos empíricos e ultrapassados, que causam grande desgaste emocional e que não têm solucionado o problema, mas sim agravado.

O Programa foi reformulado em 2007, quando foi feito um projeto piloto com a modalidade específica do atletismo, modificando o número de testes e medidas e adaptando o protocolo inicial para o esporte avaliado. Tal ação foi chamada de Pentatlo Federal, mas não teve continuidade após dois anos de tentativas e resultados limitados.

No momento, a Descoberta do Talento está sendo novamente reformulada e integrada ao Núcleo de Esporte de Base, em uma perspectiva de sistematização articulada do processo de iniciação esportiva, considerando que o talento descoberto só se concretiza quando pode ser desenvolvido e que para seu desenvolvimento são necessárias condições de excelência providas pelo Núcleo de Esporte de Base.

Resultados

Foram investidos cerca de R\$ 1,2 milhão nestes sete anos de programa, com mais de 150 mil crianças e adolescentes avaliados e mais de sete mil talentos descobertos. Foram realizadas avaliações em todo o território nacional, destacando o Dia da Descoberta do Talento Esportivo que foi realizado em todas as capitais brasileiras em dois anos consecutivos.

O desdobramento dessa ação refere-se à disponibilização dos dados e informações às entidades esportivas sobre as condições das crianças e adolescentes avaliadas, contribuindo no processo de formação de futuros atletas.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

TALENTO ESPORTIVO - AVALIADOS, TALENTOS DESCOBERTOS, PESSOAS CAPACITADAS, PARCEIROS, UNIDADES DA FEDERAÇÃO, PARTICIPANTES E VALOR INVESTIDO POR ANO.

ANO	UFs	ESCOLAS	CLUBES	CAPACITADOS	AVALIADOS	DETECTADOS	VALOR (R\$)
2004	27	-	-	1.636	56.975	4.841	586.946,00
2005	27	872	42	217	56.737	1023	260.400,00
2006	13			42	40.000	1.700	168.452,00
2007	-	-	-	-	-	-	0,00
2008	10	-	-	-	2.695	309	264.800,00
2009	-	-	-	-	-	-	0,00
2010	-	-	-	-	-	-	0,00
TOTAIS		872	42	1.895	156.407	7.873	1.280.598,00

Rede Cenesp – Centro de Excelência Esportiva

É uma rede de excelência esportiva em Ciência, Tecnologia e Inovação, formada por Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, que atua no sistema esportivo de alto rendimento, sob as diretrizes do Ministério do Esporte, apoiando o desenvolvimento do esporte por meio de pesquisas e serviços às principais equipes e atletas do País.

Objetivo

Apoiar o esporte de alto rendimento nacional por meio de pesquisas, desenvolvimento, aplicação e transferência de métodos e tecnologias.

Data de início

1998

Instrumentos legais

- Portaria nº 59, de 1998
- Portaria nº 014, de 2000
- Portaria nº 221, de 2002

Modelo de gestão

O Programa adota modelo de gestão compartilhada. O Ministério do Esporte, em conjunto com os Comitês Olímpico e Paraolímpico e representante da Rede, faz o mapeamento das necessidades de cada esporte e determina quais Ceneps têm possibilidade e interesse de atendimento às demandas propostas. Os resultados circulam e retornam às entidades iniciais.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A Rede Cenesp inicialmente não tinha o foco em uma determinada manifestação esportiva. A partir de 2003, houve reformulação na atuação da Rede para o desenvolvimento somente do esporte de alto rendimento. Portanto, ela passou a produzir e atender os atletas e equipes com a finalidade de obter resultados esportivos. Isso é inédito, em função de as próprias universidades e até outras redes de ciência e tecnologia terem caráter mais abrangente, estudando o esporte como manifestação única. O sentido dessa especialização para o esporte de alto rendimento foi alinhar a Rede Cenesp às demais políticas públicas de esporte para o setor.

Resultados

A Rede Cenesp é composta por 14 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Conta com o apoio de 129 acadêmicos entre pós-doutores, doutores e mestres, que avaliaram mais de três mil atletas de ponta com mais de mil produções científicas publicadas. Foram investidos, desde 2003, R\$ 3,6 milhões. A Rede Cenesp participou, pela primeira vez, da Delegação Brasileira nos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008.

As Instituições de Ensino Superior (IES) que compõem a Rede Cenesp são: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Católica de Brasília (UCB), Universidade do Estado de Pernambuco (UPE), Diretoria de Pesquisa e Estudo de Pessoal (DPEP/MD).

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

Núcleos de Esporte de Base

Espaços criados ou apoiados, dotados de infraestrutura, para potencializar a formação e desenvolvimento de atletas de categorias de base do esporte de alto rendimento, em condições de excelência, priorizando as modalidades olímpicas e paraolímpicas individuais.

Objetivo

Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, criando as condições necessárias para formação e desenvolvimento de atletas e para-atletas, assim como de modalidades esportivas.

Data de início

2004

Modelo de gestão

O Programa tem um modelo de gestão centralizada, no qual o Ministério do Esporte recebe as demandas de implantação de projetos e avalia sua pertinência, podendo aprovar ou não a proposta.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Núcleo de Esporte de Base (NEB) foi criado tendo como parâmetro o ciclo esportivo do atleta de alto rendimento, desde sua descoberta até o encerramento de sua carreira. A falta de política pública que atuasse nesse ciclo gerou sua quebra, afetando a quantidade e qualidade dos atletas das categorias principais da maioria dos esportes.

Para suprir essa necessidade, criou-se o chamado NEB, visando revigorar a formação e o desenvolvimento de atletas e, por consequência, das modalidades por eles praticadas, revitalizando o elo que alimenta a ponta do sistema esportivo de alto rendimento.

Em 2009, após novo processo de planejamento estratégico da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, foi considerada a possibilidade da junção sistêmica das ações NEBs e Descoberta do Talento Esportivo, tornando-as uma única ação, que referencia a iniciação esportiva para o esporte competitivo, entendendo que os processos de descoberta e afirmação como atleta dependem da união ao processo de desenvolvimento e treinamento especializado.

Resultados

Desde 2004 foram implantados e mantidos mais de 137 núcleos, beneficiando 7,5 mil atletas de base em diversas modalidades esportivas e paraesportivas, em todas as regiões do Brasil, com R\$ 18 milhões investidos.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

Centros Regionais de Treinamento

São espaços multiesportivos com instalações e equipamentos modernizados, pessoal de apoio para treinamento, de padrão internacional, distribuídos nas regiões geográficas do Brasil.

Objetivo

Descentralizar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, oferecendo oportunidade de acesso à infraestrutura esportiva especializada, a recursos humanos e laboratoriais, necessários ao aperfeiçoamento das qualidades técnicas de atletas e para-atletas previamente selecionados em suas regiões geográficas.

Data de início

16/12/2004

Modelo de gestão

O modelo de gestão dos centros de treinamento (CTs) regionais iniciou-se de forma compartilhada entre o Ministério do Esporte e a Entidade executora/mantenedora do projeto. Com a expansão do número de CTs implantados, a gestão passou a ser feita, predominantemente, pela Entidade executora, cabendo ao Ministério do Esporte a definição das diretrizes de funcionamento desses Centros.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, era necessário descentralizar os espaços de aperfeiçoamento e treinamento de atletas de alto rendimento, possibilitando-lhes a permanência onde nasceram e se criaram, perto de suas famílias, mas com condições de treinamento – treinador, materiais e equipamentos. Para muitos atletas de alto nível, a mudança de suas bases prejudica o seu rendimento esportivo e, muitas vezes, fazem com que abandonem o esporte na sua principal fase.

Além disso, a criação de CTs Regionais faz parte de um processo interligado para o desenvolvimento do esporte de competição nacional, que passa pela descoberta e desenvolvimento de atletas, daí para uma fase de aprimoramento e sustentação de resultados até chegar ao apoio para o encerramento da carreira esportiva.

No momento, está sendo criado um modelo de gestão que compartilhe as atividades dos CTs Regionais com demais centros de treinamento de caráter local, estadual e com uma ou mais modalidades. A Rede Nacional de Treinamento tende a ampliar os resultados e padronizar os modelos de centros de treinamento no Brasil.

Resultados

De 2004 a 2010, foram implantados centros de treinamento nas regiões Sul, em Maringá, Paraná, e em Blumenau, Santa Catarina, e Norte, em Manaus, Amazonas, que estão em pleno funcionamento. Na região Centro-Oeste, em Taguatinga, no Distrito Federal, um centro funcionou de 2004 a 2009. Encontram-se em fase de construção os centros das regiões Nordeste, em Recife, Pernambuco, e Sudeste, em Campinas, São Paulo, que está em avançada fase de desenvolvimento.

Contou-se com mais de mil atendimentos a atletas por ano, sendo considerados os esportes correlatos a cada região, e com investimentos na ordem de R\$ 11,3 milhões no período.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

C) INFRAESTRUTURA

Em 2003, o Ministério do Esporte teve suas atividades iniciadas enquanto pasta individual do Governo Federal. Uma das diretrizes, no momento de criação, foi a ampliação da infraestrutura esportiva no País para desenvolver em melhores condições a prática esportiva e as atividades de lazer.

Para tanto, o Governo procurou conhecer a estrutura esportiva e de lazer na dimensão de espaços, equipamentos e instalações. Realizou um diagnóstico, iniciado em 2004, em uma ação conjunta ME/IBGE. O Suplemento de Esporte, que apresenta os dados coletados pelo IBGE em 5.561 municípios brasileiros, explicitou a precariedade da infraestrutura pública no País.

Para reverter o déficit de equipamentos esportivos, foram desenvolvidas estratégias para melhorar a execução e diminuir o tempo das obras. Entre elas, reuniões técnicas regionais para orientação dos gestores estaduais e municipais quanto aos procedimentos para execução dos projetos aprovados.

Foram mobilizados recursos adicionais para reforço de dotação orçamentária. Atualmente, dois terços do orçamento do Ministério são aplicados na construção de equipamentos públicos esportivos. Em 2010, o orçamento do ME totalizou R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 1 bilhão está voltado para a implantação e modernização da infraestrutura esportiva.

Entre 2003 e junho de 2010, foram investidos R\$ 2,9 bilhões em mais de 12,5 mil contratos para a reforma ou construção de novos equipamentos.

As obras contratadas estão voltadas para as ações de implantação e modernização de infraestrutura para o esporte recreativo e de lazer e para o desenvolvimento do esporte educacional e de alto rendimento, que engloba a construção de quadras, ginásios, piscinas, pistas de atletismo, laboratórios centros de treinamento, praças da juventude, equipamentos em escolas do ensino fundamental e médio, em instituições de ensino superior, bem como a implantação de estruturas para a realização de competições e grandes eventos nacionais e internacionais. Para acelerar o conjunto das obras, foi firmado convênio com a Caixa Econômica Federal, que faz o acompanhamento das obras e a liberação dos recursos financeiros, realizando a gestão dos contratos de repasse. Todos os estados e o Distrito Federal foram beneficiados com obras esportivas do Ministério do Esporte.

Em 2007, foi desenvolvido o Projeto Praça da Juventude com o objetivo de levar equipamento esportivo (público e qualificado) para a população. Esse projeto ajudou a direcionar as emendas parlamentares para um projeto estruturante e voltado para a população mais carente.

Entre 2008 e 2010, foram conveniadas 192 praças. Só em 2010 o Ministério já recebeu mais de 500 pedidos de construção de novas Praças da Juventude. Com a inauguração da primeira Praça da Juventude, idosos, crianças, adultos e jovens têm encontro marcado diariamente.

Em 2010, o ME, em parceria interministerial, ajudou a elaborar o Projeto Praças do PAC, que passou a integrar os programas sociais do PAC II. As Praças do PAC foram projetadas em três dimensões: 700m², 3.000m² e 7.000m². Ao todo, 400 unidades foram selecionadas entre os meses de outubro e novembro de 2010 – <http://www.pracasdopac.gov.br/>.

Implantação, ampliação e modernização de infraestrutura para o esporte

Implantação de equipamentos esportivos em todo o território brasileiro e, principalmente, em espaços públicos, oferecendo melhoria de qualidade de vida por meio das práticas esportivas.

As obras são de construção ou de reformas de quadras, piscinas, ginásios, pistas de atletismo, laboratórios, centros de treinamento e Praças da Juventude.

Objetivos

- Democratizar o acesso à prática de esporte, oferecendo melhoria de qualidade de vida à população.
- Ampliar e manter a oferta de espaços físicos esportivos de qualidade para a prática de atividade esportiva dentro das escolas e Instituições de educação superior.
- Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, visando diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior.

Modelo de gestão

Todas as ações de infraestrutura são executadas por meio de contrato de repasse firmado entre Ministério do Esporte, Caixa Econômica Federal e governos municipais e estaduais. A responsabilidade pela gestão, funcionamento e manutenção do equipamento construído cabe ao gestor estadual ou municipal.

Resultados

Entre 2003 e 2010, nas ações de implantação e modernização de infraestrutura para o esporte recreativo e de lazer e para o desenvolvimento do esporte educacional e de alto rendimento, foram assinados mais de 12,5 mil contratos para a construção ou reforma de quadras, piscinas, ginásios, pistas de atletismo, laboratórios, centros de treinamento e Praças da Juventude. Esse conjunto de obras ajudou a alterar a realidade da infraestrutura esportiva pública no País. Ao todo, foram empenhados R\$ 2.913.806.899,57, dos quais R\$ 1.159.003.812,33 foram liberados.

Das obras empenhadas pelo Ministério do Esporte, 1.978 tiveram seu contrato cancelado ou distratado por diferentes problemas com os entes conveniados; 4.550 contratos encontram-se em estudo com cláusula suspensiva ou concluindo processo licitatório; 1.851 obras foram iniciadas e estão em execução e 4.134 obras foram concluídas.

São exemplos das obras construídas:

- A construção do Centro Esportivo da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Essa obra foi contratada em 2007 e inaugurada em 2010. O custo total do investimento foi de R\$ 4.964.225,65, dos quais R\$ 4 milhões foram repassados pelo Ministério do Esporte por descentralização de recursos e R\$ 964.225,65 foram contrapartida da Universidade. Com a conclusão da obra, a Universidade teve a oportunidade de sediar as atividades dos 1^{os} Jogos Pan-Americanos Escolares.
- Na construção da Vila Olímpica de Maringá, Paraná, que também foi contratada em 2007, o custo total do investimento foi de R\$ 11.343.714,11, sendo que, destes, R\$ 9 milhões são recursos da União e R\$ 2.343.714,11 de contrapartida da Prefeitura Municipal de Maringá.
- Esses dois exemplos de obras voltadas para o alto rendimento demonstram o compromisso do Governo Federal em fortalecer o esporte olímpico.
- A Praça da Juventude de Aracaju (SE) é exemplo de equipamento voltado para a prática do esporte e das atividades de lazer, direcionado ao atendimento da população de baixa renda. As prefeituras recebem o projeto básico e executivo da obra, o que agiliza o processo de licitação e construção. Entre 2007 e 2010, o Ministério empenhou 192 Praças da Juventude e inaugurou uma em Mogi Guaçu, São Paulo, e outra em Aracaju, Sergipe.

É importante destacar, ainda, que o Ministério do Esporte destinou recursos, empenhando 5.220 obras referentes à construção de quadras poliesportivas. Essa contribuição ajudou a diminuir o déficit de quadras e de cobertura de quadras nas escolas públicas do País.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei de Incentivo ao Esporte é uma antiga reivindicação de atletas e dirigentes e contribui para a diversificação das fontes de financiamento do esporte nacional. O processo de mobilização decorrente desse processo obteve os primeiros resultados com a aprovação da Lei nº 11.438, em dezembro de 2006.

O ano de 2007 foi o primeiro período de efetivo funcionamento da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Nesse ano, foram avaliados 56 projetos, sendo 43 aprovados e 13 rejeitados.

No contexto provisório e incipiente da estruturação da LIE, alguns problemas, como insegurança jurídica e dificuldades de ordem administrativa, foram detectados. Por esses motivos, e principalmente devido à relevância do tema Incentivo ao Esporte para o Ministério do Esporte e para o País, fez-se necessário ajustar a estrutura de apoio aos trabalhos da Comissão Técnica da LIE prevista em legislação. Tal estrutura foi vinculada à Secretaria Executiva, significando a não subordinação a nenhuma das secretarias finalísticas existentes, já que o tema fomento e incentivo ao esporte é transversal a todas elas.

Para tanto, foi designada uma comissão técnica para avaliação dos projetos, bipartite, composta por três indicações do Conselho Nacional de Esporte, representando o setor desportivo e paradesportivo e três indicações do ministro de Estado de Esporte, representando o poder público.

O ano de 2008 foi de expansão da Lei de Incentivo ao Esporte, saltando para 272 projetos avaliados, 233 projetos aprovados e 39 rejeitados. Em 2009, foram 576 os projetos avaliados, com 401 aprovados e 136 rejeitados.

Na perspectiva do fortalecimento da Lei, trabalhou-se na ampliação de sua divulgação e conhecimento, por meio da mídia, visitas orientadas a grandes contribuintes, estruturação de premiação aos incentivadores de projetos desportivos e aperfeiçoamento da gestão, com reforço quantitativo e qualitativo do seu quadro de pessoal com novos concursados, estruturação administrativa da área e reformulação da concepção de seu sistema de informação.

Parte dessas iniciativas teve resultado em 2010, quando a área de apoio à Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte realizou o 1º Prêmio Empresário Amigo do Esporte, com o objetivo de reconhecer os incentivadores e valorizar comportamentos positivos; e a partir de significativos avanços no desenvolvimento do sistema de informação da LIE, facilitando o acompanhamento dos projetos, o aumento da transparência e o reforço da segurança da informação e dos procedimentos.

As iniciativas de gestão conciliadas com a perspectiva econômica extremamente positiva para o ano de 2010, estimuladas pelas conquistas do País em sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo, Copa do Mundo e Olimpíadas, levam à previsão de forte crescimento no número de projetos desportivos e nos valores por eles captados por meio da LIE.

O que é

A Lei de Incentivo ao Esporte dispõe sobre incentivos e benefícios fiscais para fomentar as atividades de caráter desportivo, por meio de projetos esportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

Os recursos públicos utilizados no financiamento de projetos desportivos da LIE são oriundos de empresas tributadas com base no lucro real, que têm autorização para deduzir até 1% do imposto de renda devido, e pessoas físicas, com até 6% da declaração de ajuste anual. Sua regulamentação define que os recursos serão depositados diretamente para a entidade proponente e proíbe a cobrança de qualquer valor aos beneficiários de projetos que já recebam incentivos.

Qualquer projeto esportivo, desde que não seja ligado ao esporte profissional, é elegível a receber benefícios fiscais.

Os projetos cancelados se enquadram em três manifestações esportivas:

- Esporte educacional: praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, com pelo menos 50% de estudantes de escolas públicas inscritos. Nessa manifestação, a LIE beneficiou 464.963 alunos, aprovando R\$ 148.065.068,8 e captando um montante de R\$ 38.810.076,41, sendo que 39 projetos se encontram em fase de execução, distribuídos em nove unidades federativas.
- Esporte de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente. A LIE beneficiou 1.972.096 participantes, aprovando R\$ 161.047.878,24 e captando um montante de R\$ 31.680.714,77, com 35 projetos na fase de execução, distribuídos em nove unidades federativas.
- Esporte de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. Foram beneficiadas 112.276 pessoas, aprovados R\$ 729.865.851,77 e captados R\$ 195.542.733,10, atualmente são 73 projetos na fase de execução, em 17 unidades federativas.

Com base nesse critério, a captação foi de 14,6% para a manifestação educacional, 11,9% para participação e 73,5% captados na manifestação rendimento. Pode se observar concentração no desporto de rendimento, embora tenha se delineado uma desconcentração quando se trata da ampliação crescente do número de unidades federativas beneficiadas. Desde sua implantação até outubro de 2010, foram investidos recursos em 19 unidades federativas e aprovados projetos em 26.

Objetivos

- Financiar eventos esportivos e paradesportivos, por meio de incentivo fiscal, como instrumento para o desenvolvimento e fortalecimento do esporte nacional, nas suas diversas modalidades e manifestações desportivas.
- Estabelecer outras formas para a democratização do acesso a produtos e serviços resultantes dos projetos esportivos e paradesportivos da Lei de Incentivo ao Esporte aprovados.
- Realizar estudos e pesquisas sobre fomento e incentivo ao esporte.
- Subsidiar os outros entes da federação nos assuntos relacionados a fomento ao esporte.
- Estimular confederações, federações e outras entidades de caráter desportivo a aproveitar os incentivos fiscais ao esporte e tornar conhecido no meio empresarial o apoio a projetos esportivos por meio de incentivo fiscal.

Data de início

3/8/2007

Instrumentos legais

- Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006: dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.
- Lei nº 11.472, de 2 de maio de 2007: altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.
- Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007: regulamenta a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.
- Portaria nº 30, de 20 de fevereiro de 2009: constitui a Comissão Técnica destinada a avaliar e aprovar o enquadramento dos projetos desportivos e paradesportivos a serem beneficiados por incentivos fiscais, oriundos da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, destinados a fomentar as atividades de caráter desportivo. Revoga-se a Portaria nº 011, de 16 de janeiro de 2008.
- Portaria nº 120, de 3 de julho de 2009: dispõe sobre a tramitação, a avaliação e a aprovação do enquadramento dos projetos desportivos ou paradesportivos, bem como a captação, o acompanhamento e monitoramento da execução e da prestação de contas dos projetos devidamente aprovados, de que trata a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e o Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007, no âmbito do Ministério do Esporte, e dá outras providências.
- Portaria nº 172, de 28 de setembro de 2009: designa novos membros para compor a Comissão Técnica.
- Portaria nº 208, de 11 de novembro de 2009: altera os artigos 11, 12, 15, 24, 27, 30, 37, 39, 40, 50, 51, 53, 61, 64 e 68 da Portaria nº 120, de 3 de julho de 2009.
- Portaria nº 68, de 22 de abril de 2010: altera o artigo 4º da Portaria nº 120 de 3 de julho de 2009.
- Portaria nº 130, de 5 de julho de 2010: designa novos membros para compor a Comissão Técnica.
- Portaria nº 152, de 12 de agosto de 2010: estabelece as diretrizes gerais, as condições e os procedimentos operacionais a cargo da Caixa Econômica Federal (Caixa).

Participação e controle social

Em 2003, durante as discussões sobre a criação da LIE, foi disponibilizado, no *site* do ME, um *link* para que interessados enviassem sugestões para a elaboração do dispositivo legal.

Ao longo dos anos, a LIE buscou estabelecer mecanismos que garantam a participação e intervenção durante seu processo de consolidação enquanto política pública de fomento ao esporte. Nesse sentido, a realizou-se o 1º Seminário Nacional da Lei de Incentivo ao Esporte, denominado “Os caminhos para incentivar o esporte”, nos dias 25 e 26 de agosto de 2008, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília-DF. O Seminário esclareceu dúvidas sobre a aplicação da Lei e seus benefícios e foi voltado, principalmente, para entidades de natureza esportiva, órgãos públicos e patrocinadores, com 1.165 entidades inscritas. No evento, representantes da área técnica e Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte explanaram e debateram sobre o acompanhamento, monitoramento, execução e a prestação de contas dos projetos aprovados.

Foram providenciados relatórios detalhados para envio ao Congresso Nacional, sobre a destinação e regular aplicação dos recursos, para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária das operações realizadas; delegação aos estados, Distrito Federal e municípios, bem como a órgãos ou entidades da administração pública federal e dos demais entes federados, de acordo com conveniência e oportunidade, e mediante instrumento jurídico definindo direitos e deveres mútuos, das atividades de acompanhamento e avaliação técnica dos projetos da LIE.

É garantido ainda o controle e a fiscalização da execução das políticas e de controle social por meio de fiscalização interna (Coordenação de Acompanhamento, Monitoramento e Execução/Coame) e externa (Controladoria-Geral da União/CGU e Tribunal de Contas da União/TCU) dos órgãos de controle, acompanhamento e avaliação técnica dos projetos aprovados durante e ao término de sua execução, ou por intermédio de entidades que receberem delegação.

Modelo de gestão

Relação direta, por meio de atendimento virtual, telefone e *mailing list*, com entidades proponentes, patrocinadores e público beneficiado.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Durante as discussões sobre a criação da LIE foi criada uma comissão de atletas e para-atletas brasileiros, que pressionaram e acompanharam de perto todas as fases da votação da Lei, além de sensibilizarem a população quanto aos seus benefícios. O incentivo fiscal às empresas foi uma das sugestões apresentadas pelos integrantes da Comissão Nacional de Atletas, que auxilia e dá subsídios às políticas do Governo na área de esportes. O Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer protocolou a reivindicação, defendendo que a aprovação da Lei seria importante para melhorar a credibilidade do Brasil no exterior, aumentando as chances de as Olimpíadas serem sediadas no Rio de Janeiro.

A campanha pela aprovação foi lançada na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), em Belo Horizonte (MG), com a meta de atrair novos parceiros para investir em ações. Uma comitiva de esportistas – atletas e dirigentes esportivos – foi recebida em audiência pelo presidente da Câmara dos Deputados e pelo presidente do Senado Federal, e pediu aos membros da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados que priorizassem a tramitação do projeto de lei.

Percebe-se, em uma primeira análise, que a Lei do Incentivo ao Esporte baseou-se na experiência da aplicação da Lei de Incentivo à Cultura, com algumas adaptações. Promoveu a correção de mecanismos bastante criticados na Lei Rouanet, como a possibilidade de patrocínio pelo incentivador de entidades criadas por si próprio, proponentes incentivados com fins lucrativos e remuneração a artistas profissionais.

A LIE, expressamente, estabeleceu que os seus benefícios fiscais não excluem ou reduzem outros benefícios e deduções em vigor. Ressalte-se que uma mesma pessoa jurídica incentivadora pode doar recursos para a cultura e para o esporte e promover o abatimento no imposto de renda a pagar do valor doado em relação a cada uma das leis de incentivo, até o limite de 1% para os projetos desportivos e até o limite de 4% para os projetos culturais (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual), em um total de 5% do imposto devido. Quanto ao incentivador pessoa física, a lei estabelece limite máximo de aplicação de 6% do imposto devido conjuntamente para projetos desportivos e culturais (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual) e contribuições feitas à Lei de Incentivo ao Esporte.

Resultados

Ao longo dos três anos de vigência da Lei, foram beneficiados aproximadamente 2,5 milhões de cidadãos, autorizados R\$ 1.038.978.799 e distribuídos em 26 unidades federativas. Foram captados R\$ 50.920.591,16 em 2007, R\$ 82.198.742,01 em 2008 e R\$ 110.905.852,4 em 2009 e, até outubro de 2010, R\$ 33.177.055,20, somando R\$ 277.202.240,77, distribuídos em 19 unidades federativas.

Em 2007, seis unidades federativas captaram recursos. Em 2008, foram dez unidades beneficiadas. Em 2009, 19 entes federados captaram recursos; e foram 14 até outubro de 2010. Tem se consolidado, portanto, a nacionalização da abrangência da Lei de Incentivo ao Esporte como instrumento de financiamento do desporto brasileiro.

Houve crescimento de 166% no número de projetos apresentados à Comissão Técnica no período de 2008 a 2009. Em 2007, foram 635 projetos apresentados, 666 em 2008 e em 2009, 1.692.

A Lei de Incentivo ao Esporte vem crescendo a cada ano, citando-se como exemplo a quantidade de proponentes que captaram recursos utilizando a LIE, que de 13 em 2007 saltou para 75 em 2008, atingindo, em 2009, 171 entidades. Até outubro de 2010, 103 instituições proponentes já captaram recursos.

Outro exemplo relevante é a quantidade de patrocinadores que, de 54 no ano de 2007, chegou a 368 em 2008 e em 2009 alcançou o recorde de 643 empresas apoiadoras. Até outubro de 2010, expressivos 290 patrocinadores já aportaram recursos em projetos incentivados. Ressalte-se que grande parte da captação de recursos ocorre em dezembro, mês de fechamento do balanço patrimonial e apuração do imposto de renda devido da maioria das empresas.

Dos 1.692 projetos apresentados em 2009, 873 foram rejeitados (por não terem natureza esportiva, falta de documentação obrigatória ou não cumprimento de diligência) ou arquivados a pedido do proponente, 576 foram avaliados pela comissão técnica e 401 foram aprovados para captação de R\$ 447 milhões. Em relação aos beneficiários diretos, em 2009 foram beneficiados 1.919.604 e, até outubro de 2010, foram 888.723 beneficiados.

Nota: Um mesmo proponente pode receber recursos da lei em diferentes estados. Igualmente ocorre com os patrocinadores, em todos os anos, pois um patrocinador pode aportar recursos em diferentes estados, sendo contado, portanto, mais de uma vez.

D) ORGANIZAÇÃO DO FUTEBOL

O Governo Federal desenvolveu uma série de ações relacionadas ao futebol, objetivando a melhoria do espetáculo como um todo, em especial a instituição de uma política nacional de prevenção à violência nos eventos esportivos.

Em 2003, o Ministério do Esporte promoveu discussão com todos os segmentos da sociedade envolvidos com as questões da Lei Pelé, no âmbito do Conselho Nacional do Esporte e de Comissões criadas especificamente para este fim, o que resultou no Projeto de Lei que foi encaminhado ao presidente da República em 2005.

As alterações propostas à Lei Pelé têm como finalidade, especialmente, a proteção do atleta em formação, a valorização do clube formador e o ajuste da relação de trabalho entre o atleta e o clube.

Outro destaque para o futebol foi a criação da Timemania, concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática esportiva, regulamentando a participação das entidades esportivas da modalidade futebol, mediante vinculação de receita proveniente da cessão do direito ao uso de seus símbolos ao pagamento dos débitos fiscais parcelados.

O objetivo da Timemania foi a obtenção de recursos para implementação das políticas esportivas nacionais sem comprometer o equilíbrio e a responsabilidade fiscal. Tal loteria foi criada em setembro de 2006 e o primeiro sorteio ocorreu em março de 2008.

Uma das principais iniciativas nessa área foi o Projeto Torcida Legal, conjunto de ações integradas para a segurança e conforto nos estádios de futebol, lançado em 13 de março de 2009.

Esse Projeto tem como base três medidas prioritárias, quais sejam:

- Alteração do Estatuto do Torcedor.
- Regulamentação dos laudos técnicos utilizados na vistoria das condições de segurança dos estádios.
- Cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Justiça, Ministério do Esporte, Ministério da Justiça, Confederação Brasileira de Futebol e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

Em 2010, ressalta-se o desenvolvimento de um estudo para a mensuração socioeconômica e financeira dos clubes de futebol profissional brasileiro, focado em quatro pontos:

- Estimativa da importância socioeconômica do futebol profissional na economia brasileira.
- Levantamento do perfil econômico-financeiro dos clubes de futebol profissional.
- Reestruturação do calendário do futebol profissional brasileiro.
- Recomendações para a reestruturação do futebol profissional brasileiro.

Por fim, registra-se, pela relevância, a elaboração do Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamento para orientação de projetos, adaptações, reformulações, execuções, reformas, financiamentos, legislação, implementação e fiscalização de medidas voltadas aos estádios de futebol.

Torcida Legal

O projeto Torcida Legal foi lançado pelo presidente da República, pelo ministro do Esporte, e pelo ministro da Justiça, em sessão pública no Palácio do Planalto no dia 13 de março de 2009, como resultado de um diálogo multissetorial entre o Ministério do Esporte (ME), o Ministério da Justiça (MJ), a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ).

Trata-se de conjunto de ações integradas para a segurança e o bem-estar nos estádios de futebol.

Objetivos

- Implantar política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, conforme previsto na Lei nº 10.671, de 2003.
- Planejar e elaborar medidas jurídico-operacionais urgentes voltadas para a segurança e o conforto dos torcedores nos estádios de futebol no Brasil.
- Criar mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de um sistema nacional de cadastro, controle de acesso e monitoramento de torcedores em estádios, interligando-o à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização do Ministério da Justiça (Rede Infoseg).

Data de início

13/3/2009

Instrumentos legais

- Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003: instituiu o Estatuto de Defesa do Torcedor. O torcedor passou a ter *status* de consumidor e tem lei própria para garantir seus direitos. O torcedor ganhou uma lei para proteger seus direitos e que também cria normas de conduta para que os maus torcedores sejam punidos.
- Decreto nº 6.795, de março de 2009: regulamentou artigo 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o controle das condições de segurança dos estádios, a ser utilizado em competições desportivas, exigindo os laudos de segurança, vistoria de engenharia, prevenção e combate de incêndio, condições sanitárias e de higiene e o laudo de estabilidade estrutural.
- Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010: alterou o Estatuto do Torcedor, um dos itens do Torcida Legal que foi sancionado pelo presidente da República em julho. Lei que, além de alterar a Lei nº 10.671, de 2003, Estatuto do Torcedor, criou o capítulo “Dos Crimes”.
- Portaria nº 124, de 17 de julho de 2009: estabelece os requisitos mínimos a serem contemplados nos laudos técnicos previstos no Decreto nº 6.795, de 2009.
- Portaria nº 185, de 19 de outubro de 2009: altera a Portaria nº 124, de 17 de julho de 2009.
- Portaria nº 28, de 18 de fevereiro de 2010: altera a Portaria nº 124, de 17 de julho de 2009.

Participação e controle social

Realização dos seguintes seminários:

- I Seminário Nacional de Torcidas Organizadas – em 2009, para avaliar e discutir temas relativos ao Torcida Legal com um dos segmentos mais importantes do espetáculo de futebol, a torcida organizada, com participação de 65 agremiações, somando um total de 110 membros de torcidas, além de representantes de entidades relacionadas ao tema.
- II Seminário “Estádios, Segurança e Condições de Uso” – em outubro de 2009, com o objetivo de integrar e efetivar as propostas de normas de segurança, melhoria na prestação de serviços públicos, medidas de prevenção e combate à violência relacionada às partidas de futebol. Participaram representantes do Ministério do Esporte, do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), de Clubes, de Federações de Futebol, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e da Vigilância Sanitária de todos os estados da Federação.
- III Seminário Nacional de Torcidas Organizadas – em maio de 2010, com o objetivo de discutir, além do tema referente à segurança, assuntos como ações sociais que as torcidas organizadas podem realizar e a padronização da atuação das Polícias e Corpo de Bombeiros nos eventos de futebol.
- IV Seminário Procedimentos de Segurança em eventos de Futebol – setembro de 2010, com o objetivo de discutir os novos procedimentos de segurança nos estádios de futebol brasileiros. Com a participação de advogados que atuam na área do direito desportivo; dirigentes de clubes e federações de modalidades; operadores do direito desportivo; imprensa especializada; e entidades relacionadas ao tema.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O projeto foi criado com a missão de planejamento e elaboração de medidas jurídico-operacionais urgentes voltadas para segurança e o conforto dos torcedores nos estádios de futebol no Brasil. Ele traz o contexto de que é preciso aproveitar a mobilização nacional para mudar o ambiente social, a cultura e o comportamento que existe em torno do futebol, sendo moldado por um pacote de três ações que valorizam o esporte como patrimônio cultural e qualificam o Brasil para o planejamento, modificações e ajustes implementados que decorreram da necessidade de coibir tumultos e violência nos estádios brasileiros, além da prática de cambismo e fraude nos resultados dos jogos, com o objetivo de tornar as arenas locais mais seguros e confortáveis, adequando o País para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Conjunto de Ações do Projeto Torcida Legal

Alteração do Estatuto do Torcedor. Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010

A alteração do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de maio de 2003) foi proposta pelo Projeto de Lei nº 4.689, de 2009, elaborada por um grupo de trabalho composto por representantes do Ministério da Justiça, do Ministério do Esporte, do Ministério Público de São Paulo e da Confederação Brasileira de Futebol. Esse grupo foi criado pela Portaria nº 1.195, do Ministério da Justiça,

de 26 de junho de 2008, com a finalidade de estudar a adoção de medidas legislativas voltadas à garantia de segurança pública em apresentações e eventos esportivos e, em especial, medidas para alterar a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 – Estatuto do Torcedor.

Dentre as principais alterações, destacam-se:

- Definição das entidades responsáveis pela prevenção da violência nos esporte.
- Indicação do conceito de torcida organizada e a delimitação de suas obrigações.
- Alteração dos prazos de divulgação de informações sobre as partidas.
- Redistribuição de obrigações das entidades envolvidas na organização das competições.
- Determinação das obrigações do torcedor no recinto esportivo.

Instituição do Decreto nº 6.795, de 13 de março de 2009

Regulamenta o artigo 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o controle das condições de segurança dos estádios a serem utilizados em competições desportivas, exigindo os laudos de segurança, vistoria de engenharia, prevenção e combate de incêndio, condições sanitárias e de higiene e o laudo de estabilidade estrutural.

O Ministério do Esporte criou uma Comissão Especial de Estudos, que reuniu representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Justiça, da Vigilância Sanitária Municipal, do Corpo de Bombeiros, do Comitê Organizador Brasileiro da Copa do Mundo FIFA 2014, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), da Polícia Militar, do Ministério do Esporte e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), com o objetivo de consolidar e padronizar os laudos exigidos pelo Decreto Presidencial. Durante 60 dias, os doze membros discutiram entre si a formulação do material e finalizaram o trabalho sobre os laudos técnicos.

Para o aprimoramento dos laudos, que será constante, acompanhando sempre novas demandas e tecnologias, o Ministério do Esporte, além dos dois convênios com o Sistema do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)/Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) para recrutamento, cadastramento e treinamento dos profissionais interessados na emissão de Laudos de Vistoria em Engenharia, está desenvolvendo e refinando esse trabalho em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, criando normas específicas para a adequação e funcionamento dos estádios existentes, com a confecção de um Guia de Segurança dos Estádios Brasileiros, ação para a qual conta com a continuidade na colaboração por parte da sociedade, técnicos e especialistas da área.

Estabelecimento do Termo de Cooperação Técnica nº 001, de 2009, de 13 de março de 2009

O Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação de política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, conforme previsto na Lei nº 10.671, de 2003, e em cumprimento das garantias de segurança apresentadas pelo Governo brasileiro para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

Resultados

O Estatuto do Torcedor está em plena vigência e funcionamento. Todas as medidas de segurança apresentadas pelo Ministério do Esporte estão sendo implementadas paulatinamente pelos órgãos e entidades responsáveis, culminando na diminuição da violência nos estádios.

Em resumo, houve a melhoria das condições de segurança, conforto e higiene dos mais de 600 estádios de futebol profissional existentes no Brasil, que são utilizados em competições regionais e nacionais, em suas diversas divisões.

Estudo sobre a mensuração socioeconômica e financeira dos clubes de futebol profissional brasileiro

Desenvolvimento do estudo, focado em quatro pontos:

- Estimativa da importância socioeconômica do futebol profissional na economia brasileira.
- Levantamento do perfil econômico-financeiro dos clubes de futebol profissional.
- Reestruturação do calendário do futebol profissional brasileiro.
- Recomendações para a reestruturação do futebol profissional brasileiro.

Objetivos

- Consolidar o caráter público do Ministério do Esporte como responsável por construir uma Política Nacional de Esporte voltada para o fortalecimento do futebol profissional brasileiro, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico do país.

- Consolidar a cadeia produtiva do futebol profissional no Brasil.
- Consolidar os indicadores socioeconômicos sobre a importância do futebol profissional na economia brasileira.
- Revelar os impactos da atividade do futebol profissional sobre os demais setores da economia brasileira.
- Revelar os impactos do futebol profissional sobre a economia brasileira em função de mudanças no perfil econômico dos clubes de futebol brasileiro.
- Revelar os indicadores econômico-financeiros dos clubes, notadamente o endividamento.
- Reestruturar o calendário das competições do futebol profissional brasileiro.

Data de início

31/12/2009

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O futebol é responsável pelo funcionamento de uma dinâmica econômica geradora de emprego e renda no Brasil e no mundo. A economia do futebol envolve uma gama de agentes e produtos: torcedores, empresas patrocinadoras e produtoras de materiais esportivos, televisões, loterias, licenciamento de exploração de marca, *merchandising*, vendas de mercadorias pelos clubes, serviços prestados nos estádios, restaurantes, propagandas nos estádios, eventos esportivos nacionais e mundiais, dentre outros. Em alguns países europeus, o futebol responde por uma participação significativa no produto interno bruto (PIB), comparável à participação dos setores automobilístico e alimentício, além da projeção mundial e da atração de turistas e de investidores promovidos pelo futebol.

Dada a importância socioeconômica do futebol, o Governo Federal pretende formular políticas públicas de fortalecimento do futebol brasileiro que resulte em geração de emprego e de renda para o País. Para tanto, necessário se faz conhecer a cadeia produtiva do futebol e os impactos da atividade sobre os demais setores da economia brasileira, bem como simular tais impactos, de forma a gerar cenários que permitam a avaliação do ambiente futuro, para minimizar o risco da política pública.

Resultado

O estudo foi finalizado, de forma que o Ministério do Esporte, de posse dos dados constantes dos relatórios apresentados, realizará um programa de desenvolvimento dos clubes de futebol profissional.

E) GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL

Em 2003, a mensagem presidencial ao Congresso Nacional destacou a intenção de investimento “no cenário interno e externo com o objetivo de captar eventos esportivos para o Brasil, gerando negócios, empregos, investimentos duradouros, os quais necessitam de ações integradas dos poderes federal, estadual, municipal e da iniciativa privada” e da realização dos “Jogos Pan-Americanos de 2007 e dos Jogos Parapan-Americanos de 2007, buscando posicionar nossos atletas nos mais altos níveis de desempenho mundial e fortalecendo nossa candidatura aos Jogos Olímpicos de Verão de 2012 e aos Jogos Paraolímpicos de Verão”.

Em consonância com esses objetivos o Brasil foi sede dos XV Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007, e será dos Jogos Mundiais Militares de 2011, da Copa das Confederações Federação Internacional de Futebol (FIFA) 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão de 2016.

Para os XV Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007, a União foi responsável pelo aporte de 52,3% do total de recursos investidos no evento, além de participar ativamente do Comitê Organizador Rio 2007 (CO-Rio) e das operações dos Jogos. O Governo Federal atuou em ações específicas articuladas na área de segurança e de inteligência para que as competições ocorressem com êxito.

A partir da experiência positiva e concreta de realização do Pan 2007, o Brasil ganhou respeito internacional, possibilitando com isso, atrair grandes eventos esportivos para estimular o desenvolvimento e a promoção do País.

O Brasil preparou-se para sediar os V Jogos Mundiais Militares que, promovidos pelo Ministério da Defesa (MD), contará com a participação de 6 mil atletas militares de alto rendimento, de mais de 100 países.

O País garantiu a sede da Copa do Mundo de 2014, e tem adotado medidas que assegurem a infraestrutura necessária para a realização dos jogos nas 12 cidades sedes. Para tal, o Governo Federal criou o Programa Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de Arenas, criou também, o Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ) Copa do Mundo para capacitar trabalhadores nos setores econômicos demandados pelo evento.

E, como ápice desse processo, o Brasil ganhou o direito de sediar as Olimpíadas e as Paraolimpíadas de 2016. Essa conquista foi resultante do empenho e do prestígio internacional do Governo Federal. Soma-se, também, o esforço integrado dos três níveis de governo com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Comitê Paraolímpico Brasileiro e a Comissão de Candidatura Rio 2016, e, sobremaneira, considera-se a excelência técnica da proposta apresentada pelo Brasil no dossiê de candidatura com sólidas garantias oferecidas ao Movimento Olímpico e Paraolímpico Internacional. O Governo Federal vem adotando uma série de medidas para garantir o sucesso do evento, dentre elas a estruturação do modelo de governança pública dos Jogos e a adoção dos encaminhamentos necessários ao cumprimento das garantias e dos compromissos assumidos durante a candidatura.

XV Jogos Pan e III Jogos Parapan-Americanos Rio 2007

Os Jogos Pan-Americanos é o maior evento multiesportivo das Américas. Acontece a cada quatro anos, desde 1951, e são realizados em 16 dias. A 15ª foi a maior edição já realizada e reuniu no Rio de Janeiro 5.663 atletas de 42 países, disputando 34 esportes. A realização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007 insere-se na estratégia de posicionamento internacional do País e na Política Nacional de Esporte.

Foram investidos pelo Governo Federal cerca de R\$ 1 bilhão para a construção das instalações do Complexo de Deodoro; a compra de equipamentos esportivos; e o custeio de tecnologia e do programa antidoping e de ações de segurança pública, dentre outras iniciativas.

Objetivos

- Reforçar a imagem do País no exterior, afirmando-o no cenário esportivo internacional.
- Mobilizar a população em torno dos valores positivos e saudáveis do esporte.

Data de início

- 24/8/2002: conquista do direito de sediar os Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007
- 13/7/2007 a 29/7/2007: realização dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007
- 12/8/2007 a 19/8/2007: realização dos III Jogos Parapan-Americanos Rio 2007.

Instrumentos legais

- Acordo de responsabilidades e obrigações para a organização dos XV Jogos Pan-Americanos. Contrato assinado entre os governos federal, estadual e municipal e a Organização Desportiva Pan-Americana (Odepa), em 24/8/2002.
- Decreto presidencial que cria o Comitê de Gestão das Ações Governamentais nos XV Jogos Pan-Americanos de 2007, em 18/7/2003.
- Decreto presidencial que cria a Secretaria Executiva do Comitê de Gestão das Ações Governamentais para os Jogos Rio 2007 (Sepan), em 23/4/2005.
- Documento Matriz de Responsabilidades, assinado pelos três níveis de governo e o Comitê Organizador Rio 2007, em 14/1/2007.

Participação e controle social

Realização de audiências públicas no Senado Federal, com representantes do Governo Federal e do comitê organizador, em 2007, com a participação ativa da Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados.

A Comissão de Esporte e Lazer da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro também realizou audiências públicas, reuniões e visitas às instalações do Pan e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Essa Comissão criou uma Comissão Especial dos Jogos Pan-Americanos, com o objetivo principal de acompanhar o trabalho da Prefeitura na preparação do evento.

O revezamento da Tocha Pan-Americana foi um importante momento de participação popular e de integração entre o esporte e a sociedade brasileira. De 5 de junho a 13 de julho de 2007, a tocha pan-americana percorreu 51 localidades, mobilizou quase 3 mil condutores, entre atletas, ex-atletas e personalidades de diversas áreas. Cada local organizou uma recepção característica, com diversas atividades culturais e com a presença de milhares de pessoas. O revezamento da tocha se encerrou na solenidade de abertura do Pan, no estádio do Maracanã, diante de mais de 70 mil pessoas.

Modelo de gestão

O Governo Federal teve assento no Comitê Executivo do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2007 e criou o Comitê de Gestão das Ações Governamentais nos XV Jogos Pan-Americanos de 2007 com a função de promover a implementação das medidas necessárias à garantia da coordenação da atuação governamental no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo Federal para a realização do evento.

Presidido pelo ministro do Esporte, o órgão reunia outros 11 ministros. Cinco diretrizes norteavam a atuação o Comitê:

- Aprovar o gerenciamento de um plano estratégico de ações do governo para o Pan.
- Aprovar o planejamento anual dos projetos e das atividades.
- Analisar os relatórios anuais de ações executadas de cada órgão representado no Comitê, consolidando um relatório anual das respectivas ações governamentais.
- Submeter à Presidência da República o relatório final do Comitê Pan 2007, com a finalidade de gerar base de dados e conhecimentos sobre a gestão de grandes eventos esportivos internacionais.
- Implementar medidas de mobilização e de conscientização da sociedade brasileira para a importância da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

Foi criada, também, a Secretaria Executiva do Comitê de Gestão das ações governamentais para o Pan (Sepan) com a missão de coordenar a atuação de todos os órgãos da administração federal envolvidos com o Pan e elaborar e executar o plano de ações governamentais.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A realização de grandes eventos esportivos internacionais desenvolve o parque esportivo do País, movimenta a economia e promove melhorias na infraestrutura das cidades que os recebem. A atração destes eventos se insere na estratégia do Governo brasileiro de projetar o esporte como importante segmento da vida nacional. Nos últimos anos o Governo brasileiro vem tomando uma série de iniciativas para promover o esporte no País, como a criação do Programa Bolsa-Atleta, do Programa Segundo Tempo e da Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, entre outras.

Resultados

O investimento feito pelos três governos nos Jogos Pan e Parapan-Americanos 2007 trouxe considerável legado esportivo para o País, especialmente à cidade do Rio: a construção do Complexo Esportivo de Deodoro, do Estádio do Engenhão e da Cidade dos Esportes – Arena Multiuso, Parque Aquático e Velódromo –, a reforma do Parque Aquático Júlio Delamare e do Complexo do Maracanã e Maracanãzinho, além de melhorias no Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas e da construção do Parque Aquático Maria Lenk.

O Governo Federal participou diretamente do financiamento de boa parte dessas obras. A partir do Pan, o Rio adquiriu uma infraestrutura esportiva moderna, capaz de sediar grandes eventos mundiais, sendo este um dos pontos favoráveis à vitória pelos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Todas as instalações construídas ou reformadas para o Pan serão utilizadas nos jogos de 2016.

A segurança para a realização dos eventos mereceu especial atenção do Governo com investimentos expressivos para modernização e capacitação de diversas forças. Assim, nove programas de segurança-cidadã, que contaram com o envolvimento direto de milhares de pessoas de 119 comunidades carentes do Rio de Janeiro, foram implantados. O maior deles, o programa Guias Cívicos, beneficiou mais de 8 mil jovens, que tiveram aulas de ética e cidadania, turismo e línguas – inglês ou espanhol –, em curso com duração de quatro meses. Deste total, 6,5 mil atuaram como guias turísticos durante os Jogos.

O programa de voluntariado do Pan atraiu mais de 80 mil inscritos. Ao final, 20 mil foram selecionados, receberam treinamento e trabalharam durante o Pan e o Parapan. Com apoio do Governo Federal, a Organização não Governamental (ONG) Observatório de Favelas produziu durante a preparação do Pan o “Diagnóstico Social e Esportivo de 53 favelas cariocas”, identificando as principais demandas sociais e esportivas das comunidades no entorno dos equipamentos esportivos da competição. Este documento está sendo usado como um guia para investimentos sociais e políticas públicas.

Investiu-se, também, em tecnologia da informação para implantar uma moderna rede de comunicação para os Jogos, com 550 quilômetros de fibra ótica, aparelhos de última geração para medição de resultados, sistema integrado de operação dos serviços e competições, sonorização com instalação de telões e transmissão de vídeo digital no mesmo nível utilizado na última Copa do Mundo de Futebol, entre outros itens. Além disso, houve marcante herança de materiais e equipamentos esportivos de primeira linha cuja importação foi custeada pelo Ministério do Esporte especialmente para o evento, entre eles a pista do Velódromo, a mais moderna no Brasil. Esse material ficou disponível para o treinamento de atletas e o uso em competições de diferentes tipos.

Ao analisar os Jogos Pan e Parapan-Americanos, observa-se que os benefícios não foram obtidos apenas durante as fases de preparação e de realização dos Jogos. Muitos outros, mais difíceis de perceber se apresentam com o passar do tempo. É o caso do aumento do fluxo de turistas, da formação de novos talentos esportivos, da experiência de combinar investimentos em segurança com melhorias sociais e da projeção da cidade e do País como polos de grandes eventos. Com a experiência acumulada, o Brasil se credenciou para realizar com sucesso, em 2014 e em 2016, os dois maiores eventos esportivos do planeta: a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão.

Além destes dividendos, podem-se mencionar os resultados extraordinários no período que vai do início dos preparativos ao término das competições. O estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), encomendado pelo Ministério do Esporte, mostra que, durante a preparação dos eventos, os investimentos feitos pelos governos federal, estadual e municipal e o Comitê Organizador propiciaram a criação do equivalente a mais de 178 mil empregos diretos e indiretos pelo período de um ano, muitos deles beneficiando a população das comunidades do entorno das instalações utilizadas nos Jogos.

O estudo da Fipe indica, ademais, que os R\$ 3,57 bilhões investidos pelos três níveis de governo e pelo Comitê Organizador induziram a iniciativa privada a injetar outros R\$ 6,71 bilhões nas cadeias produtivas relacionadas ao Pan e ao Parapan, provocando impacto total na economia de R\$ 10,28 bilhões. A geração de emprego e de renda movimentou diversos setores econômicos e colaborou para o crescimento do País nos últimos anos.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

Ações para garantir a segurança dos XV Jogos Pan e III Jogos Parapan-Americanos Rio 2007

O planejamento da segurança dos Jogos Pan-Americanos, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça (MJ), procurou integrar as instituições dos três níveis de administração e equilibrar prevenção e repressão, trazendo conceitos novos como: menos letalidade, polícia não fortemente armada dentro das instalações e policiamento intenso, com visibilidade, mas sem agressividade. Para integrar as diferentes instituições, que até então pouco travavam contato entre si, e os três níveis de governo, a Secretaria concebeu um comitê de planejamento da segurança dos Jogos, formado por representantes indicados por cada órgão.

Objetivo

O programa integral de ações para a segurança dos Jogos Pan-Americanos – com foco no conceito de segurança cidadã – visou garantir resultados sustentáveis para a prevenção da violência e melhoria da qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro com prioridade ao enfrentamento de fatores associados à violência e à criminalidade, tais como: a exclusão social, as relações interpessoais e familiares desestruturadas, as condições de vulnerabilidade como pobreza, abandono, vitimização e as inadequadas condições ambientais urbanas.

Data de início

13/7/2007

Participação e controle social

Não se aplica.

Modelo de gestão

Reunido sob a orientação da Senasp/MJ, o comitê formado para tal ação realizou o planejamento macro da segurança dos Jogos, em reuniões periódicas, desde o início de 2006.

Os seguintes órgãos estiveram sob a coordenação da Senasp e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nos Centros de Operação de Segurança e de Inteligência dos Jogos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, Força Nacional de Segurança Pública, Guarda Municipal do Rio de Janeiro, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Transportes/ Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-Rio), Comissões Especiais de Antibomba, Conportos, Aeropolicial e Cães Farejadores, Marinha, Exército, Aeronáutica, Secretaria do Comitê de Gestão Federal Rio 2007, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Banco Central (Bacen), Ministério das Comunicações (MC), Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, Superintendência

da Receita Federal do Rio de Janeiro, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Furnas Centrais Elétricas, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, Ministério Público, Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro, Coordenadoria Municipal de Defesa Civil do Rio de Janeiro e Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Resultados

Durante a realização dos jogos Pan-Americanos foram integradas às forças de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, 3,6 mil policiais, oriundos dos entes federados, demonstrando assim a cooperação federativa. Este contingente foi empregado para atender aos locais de realização dos Jogos, utilizando para tanto procedimentos e equipamentos não letais, como também a participação em operações com enfrentamento às quadrilhas, em auxílio às forças de segurança, destacando as operações junto ao Complexo do Alemão.

Os Jogos passaram incólumes por ameaças e atentados terroristas de qualquer natureza. Como parte das ações antiterrorismo foram realizados treinamentos na Espanha e em Portugal, com homens do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal e do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Rio. Técnicos da Alemanha, da França e dos Estados Unidos foram trazidos ao Brasil para ministrar cursos. Todos os locais de eventos, hotéis, carros e ônibus utilizados por atletas e autoridades foram vistoriados por uma equipe de 250 peritos e de cães farejadores.

Toda a estrutura de operações de segurança dos Jogos foi composta de quatro grandes centros de gerenciamento e oito centros regionais, que reuniam os órgãos de segurança, inteligência e defesa civil das três esferas de governo. A hierarquia de comando e controle comportou três níveis: principal, regional e local. Cerca de 600 policiais foram treinados para a operação do centro de comando e controle e dos centros regionais e locais de segurança.

Os quatro centros principais de gerenciamento foram:

- Centro de Operações de Segurança dos Jogos (COS): responsável pela gestão integrada de todo o sistema disponível para o setor, atuou em conjunto com o Centro de Inteligência dos Jogos (CIJ) e o Centro de Logística de Segurança dos Jogos (CLSJ), mantendo ainda estreita relação com o Centro de Comando de Operações da Secretaria Estadual de Segurança Pública e demais órgãos e instituições de segurança e inteligência e com a Força Nacional.
- Centro de Inteligência dos Jogos (CIJ): unidade central do sistema de inteligência, sob o comando da Agência Brasileira de Inteligência, reuniu 27 órgãos e abrigou cerca de 250 servidores, em regime de turnos, durante 24 horas por dia – além de outros 300 agentes em campo.
- Centro de Inteligência e Serviços Estrangeiros (Cises): controlado pela Abin, tinha como “objetivo principal atender às necessidades do CIJ no tocante à informações e ao acompanhamento dos indivíduos e das organizações estrangeiros, com atuação em seus respectivos territórios, nas áreas de terrorismo, crime organizado e movimentos reivindicatórios e de pressão.
- Centro Logístico de Segurança dos Jogos (CLSJ): locais de obtenção, transporte, suprimento e armazenamento dos equipamentos e materiais envolvidos com a segurança dos Jogos.

A Agência Brasileira de Inteligência teve papel fundamental na segurança dos Jogos, coordenando as atividades do setor de inteligência a partir do CIJ. O planejamento começou a ser realizado ainda em 2003, quatro anos antes da competição. Era preciso dar início à tarefa com muita antecedência porque o órgão tinha a função de municiar a própria Secretaria Nacional de Segurança Pública com informações para que esta pudesse planejar como e onde atuar, concentrar esforços e traçar estratégias.

O “Relatório final da Abin sobre as ações relativas aos XV Jogos Pan-Americanos e III Jogos Parapan-Americanos Rio 2007” informa que, “por intermédio do Departamento de Operações de Inteligência, a Agência, desde o primeiro semestre de 2003, desenvolveu ações operacionais em todo o território nacional, em especial no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de detectar, identificar, acompanhar e neutralizar possíveis ações de pessoas, grupos ou organizações que pudessem ameaçar a segurança das delegações ou os locais de realização das provas, ações que adquiriram caráter sistemático durante a realização dos Jogos”.

Já a Polícia Federal atuou com mais ênfase na segurança de autoridades, dirigentes e atletas e na coordenação das ações de polícia marítima e de fronteiras, incluindo a recepção no Aeroporto Internacional Tom Jobim, além de varreduras antibomba nas instalações esportivas e não esportivas. A Força Nacional de Segurança Pública, que atuou nas instalações com o conceito inovador de não letalidade, cuja aplicação em larga escala no País é uma diretriz de política pública do Governo Federal para a área.

Cabe destacar, que a o planejamento e a operação da Força Nacional, durante os Jogos 2007, proporcionou a sociedade carioca, a sensação de segurança e a imediata percepção da redução dos índices de criminalidade.

Preparação para os Jogos Mundiais Militares de 2011

Os Jogos Mundiais Militares são realizados de quatro em quatro anos e sempre no ano anterior aos Jogos Olímpicos. Elaborados pelo Conselho Internacional Esportivo Militar (Cism), considerada a terceira entidade esportiva mais importante do mundo congrega atualmente 133 países, cerca de um milhão de atletas.

A atração do V Jogos Mundiais Militares 2011 para o Brasil fez parte do planejamento estratégico de longo prazo para a conquista da candidatura de País Sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O Brasil conquistou o direito de sediar os jogos em 2011, devido ao trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa (MD), Ministério do Esporte (ME), Governo Estadual e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, COB, um Comitê Executivo e um Comitê de Apoio com integrantes desses órgãos. Esses jogos serão realizados na América do Sul pela primeira vez. A estrutura já utilizada nos Jogos Pan-Americanos e o êxito na realização contribuiu sobremaneira para a escolha do Brasil como sede dos Jogos Mundiais.

A quinta edição a ser realizada no Rio de Janeiro acontecerá entre os dias 16 e 24 de julho de 2011. Serão disputadas 20 modalidades esportivas, sendo 15 olímpicas e cinco tipicamente militares.

Objetivo

Planejamento e execução da construção e da reforma de instalações esportivas e não esportivas em áreas militares, buscando legado duradouro e proporcionando a oportunidade de testar determinadas instalações e operações a serem replicadas e ajustadas durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão 2016.

Por que foi criado/reformulado e/ou ampliado

Não se aplica.

Data de início

Fevereiro/2007

Instrumentos legais

- Portaria nº 1.402/MD, de 26 de outubro de 2007: institui o grupo de trabalho para propor ações, em caráter permanente, visando o planejamento, a organização, a coordenação e a execução do V Cism Jogos Mundiais Militares – Rio 2011.
- Decreto Presidencial S/N, de 9 de junho de 2008: criou o Comitê Interministerial de Gestão das Ações Governamentais no V Jogos Mundiais Militares, os Jogos da Paz.
- Decreto nº 41.386, de 8 de julho de 2008 do Governo de estado do Rio de Janeiro: constitui força tarefa para coordenação das atividades dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta estadual, envolvidos na organização do V Jogos Mundiais Militares Rio 2011.
- Decreto nº 30.381, de 1 de janeiro de 2009 da Prefeitura Municipal da cidade do Rio de Janeiro: constitui o grupo de trabalho com objetivo de integrar as ações dos diversos órgãos do município do Rio de Janeiro com vista à preparação da cidade para a realização dos Jogos Rio 2011.

Participação e controle social

Desde a candidatura até as ações efetivas para o evento, participam da organização o Ministério do Esporte, o Comando da Marinha, o Exército e a Aeronáutica, o Comitê Olímpico Brasileiro, o Governo e a Prefeitura do Rio de Janeiro. O controle é encargo da Comissão Desportiva Militar Brasileira (CDMB), do Ministério da Defesa.

Foi criado um portal para que toda a sociedade possa se informar sobre o evento, ver: <www.rio2011.mil.br> sendo a responsabilidade de elaboração do Comitê de Organização e Planejamento (CPO). Ver em: <www.defesa.org.br <www.cism-milsport.org>.

Modelo de gestão

Implementação de parcerias do Ministério da Defesa com o Ministério do Esporte, Governo Estadual e Prefeitura do RJ. A gestão da organização dos Jogos Mundiais Militares (JMM) de 2011 ficou a cargo da CDMB/MD tendo como órgão executivo o CPO, que integra elementos das três forças armadas. O Ministério do Esporte acompanha e integra o planejamento dos JMM/2011 com o dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Os governos estadual e municipal participam na esfera de suas competências.

O Comitê Interministerial de Gestão das Ações Governamentais no V Jogos Mundiais Militares é composto pelos ministros da Defesa, que o preside; do Esporte; da Justiça; das Relações Exteriores; do Turismo; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; das Comunicações; da Saúde; da Ciência e Tecnologia; pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República; pelo Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; pelo Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; pelo Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; e pelos Comandantes Militares: da Marinha, do Exército; e da Aeronáutica.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

As ações foram tomadas para sediar os JMM/2011 porque integram o esforço de posicionamento do País no cenário mundial e da Política Nacional do Esporte, além de catalisar a manutenção, a reforma e a construção de instalações esportivas e não esportivas no Rio de Janeiro. A formação e o desenvolvimento de atletas também estão sendo incrementadas pela inserção de atletas de alto rendimento nas Forças Armadas.

Trata, portanto, de apoio, incentivo e treinamento para as Olimpíadas de 2012 e surgimento de novos talentos para 2016, estando perfeitamente alinhadas com as metas de governo na área dos esportes.

Resultado

Manutenção, modernização e uso do Complexo Esportivo de Deodoro para sede de competições esportivas militares e não militares como parte do planejamento de preparação dos Jogos de 2011.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

Candidatura e captação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

O Governo brasileiro participou ativamente da produção do dossiê de candidatura, e foi peça-chave para consolidar a visão e o projeto de legado da candidatura Rio 2016, que agora será colocado em prática na organização dos Jogos. O dossiê entregue ao COI em fevereiro de 2009 contempla no seu orçamento e em seu conteúdo os investimentos propostos e os compromissos assumidos pelo poder público para melhorar a infraestrutura da cidade, além de projetos de amplos legados para a sociedade, com ações estruturantes em três eixos centrais: Esporte; Regeneração Urbana e Meio Ambiente; Inclusão Social, Juventude e Educação. Participaram da elaboração do dossiê 42 instituições federais.

Data de início

Postulação da candidatura olímpica: 7 de setembro de 2007

Definição da sede olímpica: 2 de outubro de 2009

Instrumentos legais

- Decreto de 14 de julho de 2008: instituição do comitê gestor dos Jogos.
- Lei nº 12035/2009: Ato Olímpico Federal.

Participação e controle social

A participação e o controle social serão estabelecidos por meio da realização de reuniões setoriais, encontros de negócios, audiências públicas, palestras, seminários, cooperações, intercâmbios e outros mecanismos/canais de comunicação com a sociedade civil — nacionais e internacionais — para discussão de parte ou de todos os projetos que compõem o programa Olímpico e Paraolímpico Rio 2016, durante os anos que antecedem a sua realização.

Modelo de gestão

Por natureza, o programa olímpico e paraolímpico considera a união de esforços e de investimentos públicos e privados. A Comissão de Candidatura Rio 2016 que foi a responsável pelo planejamento e pela execução de todas as ações de candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 incluindo a produção do Dossiê de Candidatura e de outras informações solicitadas pelo Comitê Olímpico Internacional.

O Comitê de Gestão das Ações do Governo Federal para a candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016, responsável por implementar as medidas necessárias à coordenação da atuação governamental no cumprimento das responsabilidades assumidas pelo Governo brasileiro para o desenvolvimento de ações, projetos, programas e promoção da candidatura ao evento.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Sediar os Jogos Olímpicos, bem como outros megaeventos esportivos, pode servir como uma das mais poderosas plataformas de promoção e de desenvolvimento para qualquer país. Seja para aumentar o turismo, fortalecer a política interna e externa, atrair investimentos ou melhorar o comércio internacional, a intenção da gestão da imagem nacional é colocar a Nação sob uma luz mais favorável no cenário internacional.

A realização desses eventos em solo nacional transforma-se em vitrine e ambiente de laboratório para a implementação e a difusão efetiva da Política Nacional de Esporte, dentre outros programas prioritários, integrando-se ao esforço empreendido pelo Governo Federal para a criação de condições de superação da injustiça, da exclusão e da vulnerabilidade social

O esporte abre oportunidades para a ampliação da atuação governamental e o estreitamento do diálogo com a sociedade civil em vários setores.

Resultados

A conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016 é o principal indicador, hoje, do sucesso da estratégia adotada pelo Governo Federal durante a fase de candidatura. Outro resultado significativo é a adoção de um modelo de governança mais estruturado e organizado entre as esferas governamentais e o Comitê Organizador dos Jogos. No dia 2 de outubro, na Assembleia Geral do COI realizada em Copenhague, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, na maior conquista do País no cenário esportivo internacional.

A vitória do Rio de Janeiro foi calcada na oferta de uma plataforma eficaz para os Movimentos Olímpico e Paraolímpico, aliando o dinamismo da cidade e a inspiração dos Jogos, para produzir uma celebração que mobilizará o esporte – uma celebração que vai inspirar 65 milhões de jovens com menos de 18 anos no Brasil e 180 milhões na América do Sul. Os Jogos Rio 2016, realizados pela primeira vez em um novo continente e em uma cidade que tem imagem internacional inigualável, poderão abrir novos horizontes e criar interesse e entusiasmo crescente durante os quatro anos da Olimpíada.

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

Organização para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

Com a confirmação da escolha do Rio de Janeiro para sediar a edição de 2016 dos Jogos, no dia 2 de outubro de 2009, o Ministério do Esporte, com outros órgãos federais, deu início ao processo de estruturação de governança e revisão do projeto olímpico comprometido no dossiê de candidatura, juntamente aos Governos estadual e municipal do Rio de Janeiro e com o Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.

Desde então foi assinado o protocolo de intenções de constituição da Autoridade Pública Olímpica (APO), um consórcio público interfederativo, que tem por objetivo garantir o melhor planejamento e a melhor governança para os Jogos. O consórcio coordenará as ações de governos e chancelará os projetos, que devem estar de acordo com os compromissos assumidos com os Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacional.

Foi criada, também, a Empresa Brasileira de Legado Esportivo S. A. – Brasil 2016, efetivamente instituída, pelo Decreto nº 7.258 de 5 de agosto de 2010, para prestar serviços à administração pública, direta e indireta, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como à APO, para elaboração e revisão de estudos e projetos, e execução de obras e serviços constantes da Carteira de Projetos Olímpicos da citada APO. A função dessa empresa pública é ser uma espécie de braço executivo do consórcio.

Dentre as diversas ações e investimentos previstos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 estão:

- Contratação de consultorias e de estudos complementares e necessários ao cumprimento das obrigações e dos compromissos do Governo brasileiro para com os Jogos.
- Soluções de mobilidade urbana para a criação do Anel de Transporte de Alta *Performance*, constituído de quatro novas linhas de BRT, da expansão do metrô até a Barra da Tijuca, da modernização e da ampliação dos serviços da Supervia e de intervenções rodoviárias para qualificação da ligação Zona Sul-Barra.

- Construção e uso pós-jogos do Centro Olímpico de Treinamento e, conseqüente, criação de um novo autódromo em Deodoro.
- Expansão e qualificação dos meios de hospedagem no Rio de Janeiro.
- Modernização e ampliação dos aeroportos do Galeão/RJ e de Guarulhos/SP.
- Desenvolvimento do esporte de alto rendimento em todo o Brasil e potencialização de uso do legado esportivo gerado por megaeventos.
- Integração com os programas Jogos Mundiais Militares 2011, Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.

Objetivo

Adotar todas as providências para garantir a entrega de infraestrutura esportiva, não esportiva e urbana e de serviços públicos necessários à realização das Olimpíadas e das Paraolimpíadas de 2016, bem como o cumprimento de todos os compromissos assumidos perante o COI e o IPC, observando os princípios de sustentabilidade, e prezando pelo fortalecimento, pelo desenvolvimento do movimento esportivo brasileiro e pela potencialização dos legados.

Data de início

Escolha da cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016: 2 de outubro de 2009

Realização dos Jogos Olímpicos: 5 a 21 de agosto de 2016

Realização dos Jogos Paraolímpicos: 7 a 18 de setembro de 2016

Data de vigência prevista para APO e Brasil 2016: 31 de dezembro de 2018

Instrumentos legais

- Protocolo de Intenções de criação da Autoridade Pública Olímpica: assinado em 12 de maio de 2010.
- Medida Provisória nº 488/2010: autoriza a criação da empresa Brasil 2016, em vigor com base no art. 62, §§ 3º e 11, da Constituição Federal.
- Medida Provisória nº 489/2010: autoriza a integração da União na APO e outras providências, em vigor com base no art. 62, §§ 3º e 11, da Constituição Federal.
- Decreto nº 7.258 de 5 de agosto de 2010: cria a empresa Brasil 2016.
- Medida Provisória nº 503/2010: ratifica o Protocolo de Intenções da APO.

Participação e controle social

Instrumentos instaurados para garantir a participação e o controle social dos Jogos:

- Portal da Transparência Rio 2016, lançado pela CGU, ver em: <<http://www.rio2016.org.br>>.
- Representatividade no Conselho de Governança da APO que prevê um assento para a sociedade civil.
- Ouvidoria da APO.
- Realização de reuniões setoriais, encontros de negócios, audiências públicas, palestras, seminários, cooperações, intercâmbios e outros mecanismos/canais de comunicação com a sociedade civil – nacionais e internacionais - para discussão de parte ou de todos os projetos que compõem o programa Olímpico e Paraolímpico Rio 2016, durante os anos que antecedem a sua realização.

Modelo de gestão

O programa olímpico e paraolímpico, por natureza, considera importante a união de esforços e de investimentos públicos e privados. O modelo de governança contempla, hoje, três instituições principais: o Comitê Organizador Rio 2016, responsável pelo planejamento, pela entrega da operação da competição esportiva em todos os seus aspectos e pelo relacionamento com o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paraolímpico Internacional, os patrocinadores oficiais e com as Federações Esportivas Internacionais; a Autoridade Pública Olímpica, que congrega os três níveis de governo (União, Governo do estado e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro), responsável pelo planejamento e pelo monitoramento de todos os serviços públicos e de todas as obras de infraestrutura urbana no Rio de Janeiro e nas quatro cidades-sede do futebol; e a Empresa Brasileira de Legado Esportivo – Brasil 2016, que será um dos braços executivos da APO para entrega de bens e serviços necessários aos Jogos.

Além das instituições citadas, integram a matriz de relacionamento: todas as instituições municipais, estaduais e federais da administração direta e indireta que tenham vínculo com os serviços, obras e outras demandas correlatas aos Jogos Rio 2016; o Comitê Olímpico Brasileiro; o Comitê Paraolímpico Brasileiro; as fundações, os institutos, as universidades e outras instituições que possam contribuir no desenvolvimento dos estudos de viabilidade do programa e de lideranças comunitárias e setoriais no Rio de Janeiro.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Sediar megaeventos esportivos é uma poderosa plataforma para o desenvolvimento de qualquer país, proporcionando o incremento nas ações de turismo, de fortalecimento da política interna e externa, e ainda no modo de atrair investimentos ou de ser um indutor do comércio internacional. Também é instrumento eficaz para influenciar o modo como o País é percebido por outras nações, pois evidencia capacidade de gestão.

Organizar adequadamente os preparativos para as Olimpíadas e as Paraolimpíadas de 2016 é garantir a infraestrutura esportiva, não esportiva e urbana e de serviços públicos necessários à realização desses eventos.

A realização de grandes eventos, enfim é uma das estratégias governamentais para potencializar o desenvolvimento do esporte, em suas várias dimensões, que impactam diretamente na qualificação do esporte de alto rendimento e na elevação da cultura esportiva do povo brasileiro, consolidando essa área como um direito social.

Resultados

Estudo sobre impacto econômico dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro encomendado pelo Ministério do Esporte conclui que os investimentos públicos e privados e os gastos do Comitê Organizador para a realização dos Jogos provocariam efeitos multiplicadores amplos e diversificados na economia do País que se refletiriam positivamente em uma variedade de setores econômicos durante anos. É um impacto de longo prazo, considerado no estudo até 2027. O período de dez anos, entre 2017 e 2027, é suficiente para a eliminação de efeitos sazonais, ou seja, afere a consolidação do cenário econômico-social após a passagem do megaevento esportivo.

O estudo aponta que para cada dólar investido pelo setor público nos Jogos a iniciativa privada injetaria outros US\$ 3,26 nas cadeias produtivas associadas ao evento. No período de 2009 a 2016 o impacto na produção – Valor Bruto de Produção – do País será de US\$ 24,6 bilhões (R\$ 49,2 bilhões). Já no período de 2017 a 2027, será de US\$ 26,5 bilhões (R\$ 53 bilhões), sempre levando em conta os investimentos previstos de US\$ 14,4 bilhões e a paridade de R\$ 2 para US\$ 1.

Os resultados mostram que a produtividade dos investimentos com os Jogos Olímpicos é ampliada no longo prazo. À medida que o projeto amadurece, os ganhos de produtividade tornam-se maiores porque se registra complementaridade entre os investimentos nos Jogos e a atração de investimentos privados para os negócios associados à cadeia produtiva.

Neste mesmo estudo foram identificados 55 setores da economia que mais poderão se beneficiar com a realização do megaevento: construção civil (10,5%), serviços imobiliários e aluguel (6,3%), serviços prestados a empresas (5,7%), petróleo e gás (5,1%), serviços de informação (5%) e transporte, armazenagem e correio (4,8%).

Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br, tabelas relativas aos resultados deste item.

Organização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014

O processo de candidatura do Brasil à sede da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 – doravante denominadas competições – ocorreu em 2007, com a preparação das Garantias Governamentais apresentadas à FIFA, coordenado pelo Ministério do Esporte.

Em junho de 2007 o Governo Federal ofereceu à FIFA 11 garantias governamentais, acordo que selou o compromisso do País em sediar as referidas Competições. Após a escolha do Brasil como sede das Competições, em outubro de 2007, o Governo Federal, passou a se organizar de forma a preparar o País para receber esse megaevento esportivo.

Todas as ações governamentais voltadas ao planejamento, à execução e ao bom desenvolvimento das Competições no Brasil serão consolidadas em um Plano Estratégico de Ações do Governo brasileiro para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014. Para tanto, o Governo Federal se estruturou para desenvolver as seguintes ações.

Garantias da União à FIFA

Conjunto de garantias governamentais acordadas perante a FIFA, por meio das quais a União se comprometeu a adotar todas as medidas necessárias à realização e ao sucesso da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

São 11 garantias governamentais, distribuídas pelos seguintes temas e responsáveis:

- Permissões para entrada e saída: Ministério das Relações Exteriores
- Permissões de trabalho: Ministério do Trabalho
- Direitos alfandegários e impostos: Ministério da Fazenda

- Isenção geral de impostos para a FIFA: Ministério da Fazenda
- Segurança e proteção: Ministério da Justiça
- Bancos e câmbio: Ministério da Fazenda
- Procedimentos de imigração, alfândega e *check-in*: Ministérios da Fazenda, da Justiça e da Defesa
- Proteção e exploração de direitos comerciais: Ministérios da Justiça, da Cultura, da Ciência e Tecnologia e MDIC
- Hinos e bandeiras nacionais: Ministério das Relações Exteriores
- Indenização: Advocacia-Geral da União
- Telecomunicações e TI: Ministério das Comunicações

Objetivo

Compromisso de adoção das medidas necessárias à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.

Data de início

15/6/2007

Participação e controle social

Todas as garantias emitidas pelo Governo brasileiro foram firmadas pela autoridade governamental que possui competência para tanto, qual seja, o Ministro de Estado correspondente.

Modelo de gestão

O Governo Federal é responsável pela aprovação de leis, decretos, portarias ou regulamentos para assegurar o cumprimento das garantias governamentais, notoriamente àquelas que necessitam de mudança legislativa.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Medidas normativas necessárias à realização e ao sucesso da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, caso sejam necessárias e de acordo com a Constituição Federal.

Resultados

Dentre as garantias governamentais apresentadas à FIFA, apenas quatro delas necessitam de mudança legislativa para assegurar o cumprimento das medidas, são elas: (3) Direitos Alfandegários e Impostos; (4) Isenção Geral de Impostos para a FIFA; (8) Proteção e Exploração de Direitos Comerciais e (10) Indenização.

As garantias governamentais condizentes às questões tributárias – Garantias nºs 3 e 4 – foram traduzidas no Projeto de Lei nº 7.422/2010, proposto em 23 de abril de 2010, o qual aguarda análise e aprovação pelo Congresso Nacional.

No que diz respeito às Garantias Governamentais nºs 8 e 10, será apresentado novo Projeto de Lei ao Congresso Nacional, a fim de finalizar as medidas normativas necessárias ao cumprimento das garantias. A minuta do novo Projeto de Lei está em fase final de análise pelos Ministérios responsáveis, sob coordenação do Ministério do Esporte. As demais garantias já foram atendidas ou carecem, apenas, de logística para seu cumprimento integral.

Celebração de Termo de Cooperação Técnica – ME/Abdib/CBF

Termo de Cooperação celebrado entre Ministério do Esporte, Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para a elaboração de estudos e projetos, pela Abdib, com vista a subsidiar a União, estados, Distrito Federal e municípios no que concerne à infraestrutura necessária para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Objetivo

Elaboração de estudos e projetos condizentes à infraestrutura necessária para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Data de início

13/5/2008

Participação e controle social

Ministério do Esporte, Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base e Confederação Brasileira de Futebol.

Modelo de gestão

O Ministério do Esporte é proprietário dos bens materiais e imateriais produzidos durante a execução do Termo de Cooperação Técnica.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Análise da infraestrutura existente nas cidades com possibilidade de sediar as Competições, para demarcação das intervenções necessárias para a realização do evento.

Resultado

Conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica, o estudo foi entregue ao Governo Federal no prazo estabelecido e subsidiou a União no que concerne à infraestrutura necessária para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Estabelecimento da Matriz de Responsabilidades

A Matriz de Responsabilidades é um instrumento que define as atribuições da União, estados, Distrito Federal e municípios, com vista à execução de medidas conjuntas e de projetos imprescindíveis para a realização das Competições.

Os principais pontos desse documento são:

- Ações, responsabilidades e prazos discriminados detalhadamente, com cooperação mútua entre os signatários.
- Documento não exaustivo – alterações e complementações podem ser feitos por Termos Aditivos.
- Liberação dos recursos financeiros somente após a assinatura da Matriz.
- Criação e gestão pelo Governo Federal de *Sistema de Monitoramento* das ações ali previstas.

Objetivo

Delimitar as responsabilidades dos signatários no que se refere ao financiamento e à execução das medidas imprescindíveis para viabilizar e dar transparência às ações governamentais para a Copa.

Data de início

13/1/2010

Participação e controle social

Governo Federal, 12 governos estaduais e 11 prefeituras, quais sejam, estados e municípios sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Modelo de gestão

Cooperação mútua da União, estados e municípios signatários para coordenação e consolidação das ações previstas na Matriz de Responsabilidades.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Necessidade de celebração de instrumento que define quais as responsabilidades de cada ente federado no que diz respeito às áreas prioritárias de infraestrutura das 12 cidades que irão receber os jogos da Copa do Mundo de 2014.

Resultados

Além da União, por intermédio do ministro de Estado do Esporte, todos os Governadores e Prefeitos envolvidos na realização da Copa do Mundo FIFA 2014 firmaram o presente instrumento, fato que por si só demonstra a importância do documento.

Em janeiro de 2010 foram apresentados os projetos relacionados à mobilidade urbana e aos estádios, tendo em vista a urgência no início das obras condizentes aos dois temas, devido ao prazo de término do empreendimento ser, obrigatoriamente, até dezembro de 2012 para estádios e de dezembro de 2013 para mobilidade urbana.

Já em julho de 2010, foram divulgadas as intervenções relativas aos portos e aos aeroportos, encerrando, assim, o ciclo de infraestrutura necessária para a realização das Competições.

O orçamento previsto para os projetos mapeados para infraestrutura somam R\$ 23,8 bilhões, dos quais 10,6 bilhões são oriundos de financiamento federal via BNDES e Caixa; 7,3 bilhões, de recursos locais; e os restantes 5,9 bilhões, do orçamento federal.

Ainda pendentes os projetos que envolvem segurança, telecomunicações, energia, saúde, turismo e qualificação profissional, os quais não foram concluídos.

Criação do Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014

Em 14 de janeiro de 2010, foi publicado Decreto Presidencial que criou o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

No total, 23 órgãos integram o Comitê: Ministérios, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União e várias Secretarias da Presidência da República. O Ministério do Esporte é o coordenador do Comitê Gestor.

Objetivos

Definição, aprovação e supervisão de todas as ações relacionadas às Competições.

Data de início

14/1/2010

Participação e controle social

Feita por 23 órgãos do Governo Federal, sob coordenação do Ministério do Esporte.

Modelo de gestão

O Ministério do Esporte é o órgão coordenador do Comitê Gestor da Copa para a realização das competências determinadas pelo Decreto de 14 de janeiro de 2010.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Necessidade de coordenação e consolidação das ações, além de monitoramento dos resultados de implementação das atividades do Governo Federal relacionadas às Competições.

Resultados

O Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 tem um papel importante na definição das ações condizentes às Competições, tendo em vista a composição do Comitê por órgãos diretamente relacionados à realização do evento.

Já o Grupo Executivo da Copa, vinculado ao Comitê Gestor, tem realizado com perícia o papel de coordenação, consolidação e monitoramento dos resultados de implementação relativas à Copa do Mundo FIFA 2014, por meio de reuniões periódicas com os demais órgãos do Governo Federal e com as cidades sede do evento.

Preparo de infraestrutura portuária para a realização da Copa de 2014

Adequar os terminais de passageiros e acessos marítimos e terrestres associados para atendimento à Copa de 2014 e constituir legado para o atendimento da demanda do turismo marítimo.

Objetivo

Adequação de terminais de passageiros de Manaus, Salvador, Fortaleza, Recife e Natal e melhoria das condições de atracação dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, visando ao atendimento adequado do embarque e do desembarque de passageiros, tripulantes e bagagens.

As ações promoverão a modernização da infraestrutura turística nos portos, por meio da implantação ou modernização dos terminais de passageiros e dos acessos terrestres e marítimos associados, de forma a atender a demanda dos turistas durante o período de realização da Copa 2014 e, como legado, acolher a demanda do turismo náutico.

As ações, portanto, contribuirão para o desenvolvimento regional por meio do fortalecimento do setor turístico sem perder de vista a eficiência dos investimentos em infraestrutura.

Data de início

Janeiro/2010

Instrumento legal

- Decreto de 14 de janeiro de 2010, que institui o Comitê Gestor Copa 2014.

Modelo de gestão

Os projetos interagem com outros da Copa 2014, conforme estabelecido na Matriz de Responsabilidade, no âmbito do Grupo Executivo de acompanhamento das ações relativas à preparação e à realização da Copa de 2014 (Gecopa), sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, para acompanhamento do cumprimento de prazos.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

As ações se destinam a atender o incremento do turismo e do fluxo de passageiros no período da Copa 2014 e deixar como legado a melhoria da infraestrutura para atender a atividade turística no setor marítimo.

Resultados

No presente ano, foram definidos os investimentos necessários para a Copa 2014. Os sete portos onde haverá obras deram entrada na consulta prévia nos órgãos ambientais sobre o processo de licenciamento ambiental das obras e estão em processo de regularização de seus Planos de Desenvolvimento e Zoneamento de forma a incorporar os novos equipamentos. O porto de Recife encontra-se em preparação do processo licitatório para contratação das obras e os demais portos estão desenvolvendo os termos de referência e editais de licitação para a contratação dos projetos e obras.

Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte)

O Pró-Transporte é um programa de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que atua no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Política Setorial de Transporte e da Mobilidade Urbana e é implementado de forma a propiciar o aumento da mobilidade e da acessibilidade, dos transportes coletivos urbanos e da eficiência dos prestadores de serviços.

É voltado ao financiamento do setor público e privado, à implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana, contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, na melhoria da qualidade de vida e na preservação do meio ambiente.

Permite o financiamento de implantação, ampliação de infraestrutura de sistemas de transporte coletivo, incluindo, além das obras civis, a possibilidade de aquisição de veículos dos sistemas de transporte sobre trilhos, pneus e hidroviação. Possibilita construção de terminais, bicicletário, abrigos de pontos de parada, equipamentos e sistemas de informática e/ou telecomunicações que otimizem a integração, controle e modernização do sistema de transporte público coletivo urbano.

Inclui a possibilidade de financiar estudos e projetos de concepção, desde que incluídos no escopo da proposta de implementação.

Nas ações voltadas à inclusão social, à mobilidade urbana e à acessibilidade é possível financiar a implantação de pavimentação e qualificação de vias, circulação de pedestres e sistemas cicloviários. Promove obras e serviços complementares destinados à acessibilidade.

Objetivo

O Pró-Transporte tem por objetivo financiar, tanto para o setor público quanto para o privado, a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e a mobilidade urbana, contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, na melhoria da qualidade de vida e na preservação do meio ambiente.

Data de início

- 26/11/2002
- Nos moldes atuais, 25/6/2008

Instrumentos legais

- Resolução nº 409 do CCFGTS, de 26 de novembro de 2002
- Resolução nº 567 do CCFGTS, de 25 de junho de 2008 e suas alterações
- Instrução Normativa nº 22, de 10 de maio de 2010, publicada em 11 de maio de 2010, regulamentação atual do Programa

Participação e controle social

Com a atualização da instrução normativa, foi reforçada a necessidade de ações voltadas ao trabalho social, uma vez que muitos empreendimentos contemplados envolvem, a exemplo, remoção e realocação de famílias, principalmente, as de baixa renda.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Pró-Transporte foi criado com objetivo de disponibilizar linha de financiamento a projetos que propiciem o aumento da mobilidade e da acessibilidade dos transportes coletivos urbanos e da eficiência dos prestadores de serviços, de maneira a garantir o retorno dos financiamentos concedidos, conferindo maior alcance social às aplicações do FGTS. Ver em: <http://www.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/financiamento/pro_transporte/saiba_mais.asp>.

O Programa é diferenciado, pois permite o financiamento de implantação, ampliação de infraestrutura de sistemas de transporte coletivo, incluindo, além das obras civis, a possibilidade de aquisição de veículos dos sistemas de transporte sobre trilhos, pneus e hidroviação, além de uma gama extensa de outras ações financiáveis. Não existe limite de população em relação aos projetos apoiados.

Distingue-se também pelo fato de prever tomadores de empréstimo do setor público e privado: os estados, os municípios e o Distrito Federal, os órgãos públicos gestores, as concessionárias ou permissionárias do transporte público coletivo urbano e as sociedades de propósitos específicos (SPEs).

Alterações nesta Resolução, de forma a melhorar a operacionalidade do programa, resultaram na Instrução Normativa nº 22, de 10 de maio de 2010, publicada em 11 de maio de 2010, que passou a regulamentar o Programa, revogando a Instrução Normativa nº 44.

Em 2010, por meio da Resolução nº 642, de 24 de agosto, houve ampliação das possibilidades de intervenções de pavimentação e qualificação de vias, no Programa, incluindo outros tipos de vias, além das estruturantes anteriormente previstas.

Resultados

As publicações de seleção – portarias do Ministério das Cidades – foram efetivadas nos meses de maio e junho de 2010, perfazendo o total de 54 projetos e valor de financiamento de R\$ 6.489.930.638,00, considerando as diversas obras e tendo como proponentes municípios, estados e Distrito Federal.

O valor total da contrapartida a ser disponibilizada pelos entes, dos projetos selecionados e publicados, é de R\$ 3.484.133.779,00, ficando o total de investimentos no valor de R\$ 9.974.064.417,47.

[Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

Realização de estudo dos impactos econômicos da Copa do Mundo FIFA 2014

O Ministério do Esporte desenvolveu um modelo econométrico para calcular os impactos econômicos potenciais resultantes da realização da Copa do Mundo no Brasil, por meio de duas vertentes: os impactos diretos relacionados ao evento e os indiretos, contabilizados pelo estímulo às atividades econômicas de outros, induzidos pelos efeitos diretos, ou seja, “recirculação” do dinheiro na economia.

Objetivo

Produzir estudo sobre os impactos econômicos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Data de início

23/4/2010

Participação e controle social

Ministério do Esporte, por meio de contratação de consultoria especializada.

Modelo de gestão

O Governo Federal é responsável pelas informações elencadas no modelo apresentado.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Criação de modelo econômico para subsidiar as ações governamentais e outros empreendimentos que porventura sejam necessários para a realização das Competições.

Resultados

O modelo desenvolvido pelo Ministério do Esporte definiu que o impacto econômico potencial resultante da realização da Copa do Mundo no Brasil pode alcançar a casa dos R\$ 183,2 bilhões, dos quais 47,5 bilhões (26%) seriam diretos e 135,7 bilhões, indiretos (74%).

Os benefícios econômicos diretos advindos da Copa resultam do crescimento/ incremento em dimensões pré-definidas, contabilizadas em cada uma das variáveis do PIB, já sendo considerados os efeitos de importações:

- Investimentos em infraestrutura: R\$ 33 bilhões
- Turismo incremental: R\$ 9,4 bilhões
- Geração de empregos: 330 mil permanentes e 380 mil temporários
- Aumento no consumo das famílias: R\$ 5 bilhões
- Arrecadação de tributos: R\$ 16,8 bilhões

MARCOS LEGAIS

- Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003: criou o Ministério do Esporte. Com isto, o Governo Federal mudou o grau de prioridade dado à política desportiva no Brasil.
- Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 e Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010: estabelecem norma de proteção e de defesa do torcedor, com o objetivo de diminuir a violência nos estádios.
- Lei nº 12.299, de 2010: tipifica penalmente os crimes dentro ou nos arredores dos estádios, assim como a venda ilegal de ingressos, arranjo de resultados dos jogos e porte de objetos que possam incitar a violência e estabelece também responsabilidades às torcidas organizadas.
- Lei nº 10.891, de 12 de julho de 2004: instituiu o Bolsa Atleta, com o objetivo de garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio.
- Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006 e Lei nº 11.505, de 18 de julho de 2007: criaram a “Timemania”, com o objetivo de ajudar os clubes a quitarem débitos de impostos federais, por meio de um concurso de prognóstico da Caixa Econômica Federal. A Lei nº 11.505 estendeu o prazo de pagamento, dando aos clubes a oportunidade de melhor planejar o pagamento de dívidas e, ao mesmo tempo, viabilizou ao Tesouro Nacional o recebimento dos créditos tributários.
- Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e Lei nº 11.472, de 2007: são leis de incentivo ao esporte. Permitem que patrocínios e doações para realização de projetos esportivos e paradesportivos sejam deduzidos do Imposto de Renda, proporcionando um real aumento de investimento no esporte brasileiro.
- Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009: instituiu o Ato Olímpico. Com o objetivo de oferecer às garantias necessárias às candidaturas da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, ajudou a criar as condições para a vitória da candidatura brasileira.
- PL nº 5.186, de 2005 – enviado ao Congresso Nacional, ainda em trâmite: altera a Lei Pelé. O principal objetivo é valorizar o clube formador de atleta, evitando a fuga de talentos do futebol brasileiro. Busca também maior transparência na gestão dos clubes de futebol.
- MP nº 502, de 2010: propõe alterações na legislação vigente e estabelece novas normas para o esporte de Alto Rendimento, com o objetivo de posicionar o Brasil entre as principais potências esportivas.

- MP nº 503, de 2010: autoriza a União a integrar a Autoridade Pública Olímpica, que deverá coordenar a participação da União, do estado e do município do Rio de Janeiro na preparação e na organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Forma de participação e avaliação das políticas

As conferências nacionais consistem em instâncias de deliberação e de participação destinadas a prover diretrizes para a formulação e o controle de políticas públicas em âmbito federal. Foram realizadas três edições da Conferência Nacional do Esporte (CNE), nos anos de 2004, 2006 e 2010. Os principais resultados das deliberações foram: a formação da Política Nacional do Esporte (I CNE); a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (II CNE); e a aprovação do Plano Decenal do Esporte e Lazer (III CNE). A última edição registrou consideráveis avanços em relação ao grau de participação, mais de 220 mil participantes em todas as etapas. E em relação à interiorização do debate que 67% dos delegados da Etapa Nacional eram oriundos do interior dos estados.

O Conselho Nacional do Esporte é um órgão colegiado de assessoria ao ministro do Esporte que tem por objetivo a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do setor. A participação social está presente na atuação do Conselho em virtude do fato de ser composto por representantes das três esferas de governo, dos comitês esportivos, das entidades científicas e de movimentos sociais, dos clubes sociais e do desporto nacional.

Modelo de gestão

As ações de esporte são responsabilidade do Ministério do Esporte. As ações descentralizadas do Ministério do Esporte são executadas por convênios e demais instrumentos vigentes firmados entre o Ministério e os governos municipais e estaduais, as entidades privadas sem fins lucrativos, as entidades e as confederações esportivas, as organizações não governamentais e as instituições de ensino superior e de ensino técnico, além de termos de cooperação mútua entre órgãos federais.

No que tange à realização de grandes eventos esportivos o Ministério do Esporte integra diversos comitês e instâncias destinados à organização dos eventos e à atribuição de responsabilidades institucionais. Entre eles, recebem destaque: CGCopa 2014; GECopa Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (Cojo) e, APO. O Ministério do Esporte, também, supervisiona as atividades desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Legado Esportivo - S.A. – Brasil 2016.

Participação e controle social

Para o Programa Segundo Tempo, foi estruturado o Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação. Além disso, O desenvolvimento da Plataforma Informatizada da Secretaria Nacional de Esporte Educacional possibilitou o aprimoramento dos controles de gestão processual e da informação.

Como forma de oferecer transparência às suas ações, o Ministério do Esporte, mantém sítio na internet atualizado <<http://www.esporte.gov.br/>>, além de fornecer informações para outros sítios, como o Portal da Transparência, Rio 2016, Jogos Mundiais Militares e Portal da Copa 2014. Além disso, ao constituir a sua ouvidoria, colocou junto à sociedade um canal efetivo de comunicação, de participação do cidadão-usuário. Até 17/9/2010, a ouvidoria recebeu um total de 39.657 mensagens com várias classificações. Dessas, 37.719 são consideradas como solucionadas.

INDICADORES AGREGADOS DE RESULTADO

Os indicadores agregados de resultado apresentados a seguir, representam os esforços do Governo Federal pela política do esporte – no período de 2002 a 2010, com vista a cumprir os objetivos traçados nos programas do Ministério do Esporte.

A “taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens”, considerando o total de crianças, adolescentes e jovens entre 7 e 17 anos no País, corresponde a um dos indicadores do programa que apresentou a seguinte evolução: 1,15% em 2003, 2,00% em 2004, 2,50% em 2005, 2,11% em 2006, 3,64% em 2007, 3,57% em 2008, 3,66% em 2009, e 3,48% até julho de 2010, aplicando o atendimento ao público-alvo em potencial.

A metodologia de cálculo dos indicadores desse programa para o período referenciado considerou o número de convênios vigentes, diferentemente, portanto, da metodologia adotada nos relatórios de gestão 2003-2010, que considerava apenas o número de convênios formalizados no ano. Foram utilizados ainda dados do IBGE e do Inep para o desenvolvimento dos indicadores.

No que diz respeito à “taxa de atendimento do Segundo Tempo aos municípios brasileiros” houve crescimento de 11,23%, em 2003, atingindo os percentuais de 28,09% em 2008 e 27,28% até julho de 2010.

Já a “taxa de atendimento do Segundo Tempo a municípios com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas” passou de 44,15% em 2003, 55,32% em 2004, 58,51% em 2005, 51,60 em 2006, 61,17% em 2007, 67,02% em 2008, 72,34% em 2009 chegando a 71,81% até julho de 2010. Verifica-se, portanto, que a cobertura geográfica do Programa foi significativa, atingindo mais de 70% em 2009, devendo superar esse índice em 2010.

Para a avaliação e demonstração desses resultados, utilizou-se das seguintes pesquisas secundárias: Pesquisa Nacional de Avaliação dos Resultados e Impacto do Programa elaborado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, em 2010, a Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo: Elaboração de Método Avaliativo”; e Projeto Esporte Brasil (Proesp-BR).

O Programa Segundo Tempo tem sido reconhecido pelas Nações Unidas como um modelo para promoção da educação, da saúde e do desenvolvimento social, por meio do esporte. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), “o Programa Segundo Tempo é uma relevante contribuição do Ministério do Esporte para a oferta de serviços sociais às crianças e aos adolescentes brasileiros”.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)/Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com o intuito de construir uma metodologia para avaliação de programas federais inseridos no Plano Plurianual (PPA), escolheu o Programa Segundo Tempo como piloto nesse processo.

Ainda sobre a inclusão social, outro programa que merece ser destacado, é o de Inclusão Social pelo Esporte, que contribui para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social. A Ação Pintando a Liberdade propicia a geração de emprego direto para 13 mil internos do Sistema Prisional Brasileiro, em 73 unidades de produção de material esportivo em caráter de atividade continuada. A Ação Pintando a Cidadania absorve a mão de obra de 3.299 pessoas – em 41 unidades de produção – que residem em comunidades reconhecidamente carentes, proporcionando-lhes uma renda mensal, na produção de materiais esportivos, também em caráter de atividade continuada. No período de 2003-2010 foram produzidos 8,6 milhões de itens de material esportivo.

Em relação aos grandes eventos esportivos no Brasil, é importante mencionar o resultado obtido pelos atletas brasileiros nos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007. Foram previstos no PPA alguns indicadores, que pudessem aferir um desempenho esportivo brasileiro para o evento, no qual se obteve o seguinte resultado:

Taxa de colocação entre os cinco primeiros classificados nos Jogos Pan-Americanos 2007: o Brasil conquistou o 3º lugar

Número de medalhas conquistadas nos Jogos Pan-Americanos 2007: o Brasil conquistou 52 de ouro, 40 de prata e 65 de bronze

Taxa de colocação entre os cinco primeiros classificados nos Jogos Parapan-Americanos 2007: o Brasil conquistou o 1º lugar no *ranking*

Número de medalhas conquistadas nos Jogos Parapan-Americanos 2007: o Brasil conquistou 83 de ouro, 68 de prata e 77 de bronze

Lei de Incentivo ao Esporte – os projetos chancelados se enquadram em três manifestações: Esporte Educacional, Esporte de Participação e Esporte de Rendimento. Com base nesse critério, a captação foi de 14,6% para a manifestação educacional, 11,9% para participação e 73,5% captados na manifestação rendimento.

A Lei de Incentivo ao Esporte deve ser observada com base no cenário econômico, portanto, considerou-se o PIB como um parâmetro de comparação. Em 2007 o PIB cresceu 5,7% enquanto a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) apresentou um investimento de R\$ 50,9 milhões. Em 2008 o PIB cresceu 5,1% e a LIE investiu R\$ 82,2 milhões, o que significa um aumento de 61,4% em relação a 2007. Em 2009, mesmo com um PIB negativo registrado (-0,2%), foram investidos R\$ 110,9 milhões no esporte, o que representa um aumento de 34,9% em relação ao período de 2008 e de 117,8% com relação ao ano de 2007. Esse resultado está diretamente vinculado ao desempenho da economia brasileira e da ampliação de 69,4% na base de doadores/patrocinadores em relação a 2008.